



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO**

Shauane Itainhara Freire Nunes

**A PESCA ARTESANAL COMO MEDIAÇÃO DA RELAÇÃO HOMEM
NATUREZA: PERMANÊNCIA E RESISTÊNCIA DOS PESCADORES NAS
COMUNIDADES PESQUEIRAS DO POVOADO MOSQUEIRO/ARACAJU-SE**

João Pessoa – PB, 2011.

SHAUANE ITAINHARA FREIRE NUNES

**A pesca artesanal como mediação da relação homem natureza:
permanência e resistência dos pescadores nas comunidades pesqueiras
do Povoado Mosqueiro/Aracaju-SE**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa
de Pós- Graduação em Geografia da Universidade
Federal da Paraíba pela mestranda Shauane
Itainhara Freire Nunes

Orientador (a): Dr^a María Franco García.

**“A Pesca Artesanal como Mediação da Relação Homem
Natureza: Permanência e Resistência dos Pescadores nas
Comunidades Pesqueiras do Povoado Mosqueiro/Aracaju-SE”**

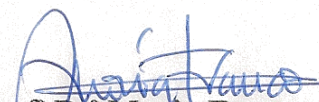
por

Shauane Itainhara Freire Nunes

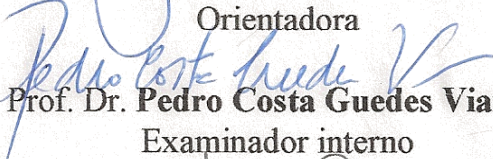
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

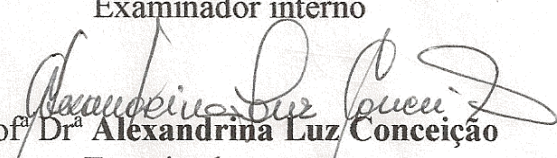
Aprovada por:



Prof.ª Dr.ª **Maria Franco Garcia**
Orientadora



Prof. Dr. **Pedro Costa Guedes Vianna**
Examinador interno



Prof.ª Dr.ª **Alexandrina Luz Conceição**
Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Agosto 2011



Dedico este trabalho aos pescadores e marisqueiras do Povoado Mosqueiro, que lutam diariamente pelo direito a vida no rio, no mangue, no mar.

Agradecimentos

- Aos meus pais por todo esforço despendido, mesmo receosos no começo deram todo apoio para minha caminhada, e nós sabemos que houveram momentos complicados, a vocês um obrigado nunca será suficiente. Aos meus irmãos geógrafos Luquinha meu parceiro, e em especial a Isau que sempre me incentivou em toda essa caminhada geográfica.
- A María Franco pela orientação, com certeza sabemos um pouco mais hoje sobre o mundo da pesca e eu um pouco mais de portunhol. Obrigada por abrir as portas do CEGET, serei sempre grata.
- A Alexandrina, minha admiração e meu amor. Por ter incentivado e construído ao meu lado esse momento e toda caminhada na geografia. Pelo exemplo de luta, força e paixão no que faz e pelo exemplo de teoria e práxis.
- Ao PPGG da UFPB, a todos os docentes e discentes, a Sônia secretária sempre muito atenciosa, em especial a turma de 2009.
- Ao professor Pedro Viana pelas contribuições na qualificação e no desenrolar final desta pesquisa.
- A professora Ana Madruga e ao Professor Sarssi pela contribuição na construção dessa pesquisa. Aos professores, Carlos Augusto, Doralice e Maria de Fátima pelo carinho e pelo aprendizado nesses dois anos.
- Ao CEGET/PB, pela oportunidade de ir mais a fundo nas leituras da geografia do trabalho e construção coletiva que é onde crescemos. As amigas construídas, aos Thiagos, Lu, Kátia, minhas loiras companheiras Mara, Hellen e Romina, e a todo grupo.
- Ao GESTAR e RECIME, por abrir as portas e compartilhar não só o espaço físico, mas o aprendizado diário, a todos meu muito obrigado.
- A todos que fazem parte do GPECT, pelo exemplo de construção coletiva e de uma leitura crítica e marxista da geografia.
- Ao SPARTAKUS, pelo aprendizado e esforços constantes para construir outra sociedade possível. Obrigada pelo entendimento que a prática e teoria são indissociáveis, e por proporcionar que o nosso sonho de utopia se renove diariamente.

- A todos os amigos e companheiros de luta que fiz em João Pessoa, meus brothers Victor, Yure, Lairton e Nirvana. As minhas doces, Luana, Áurea, Rafislk, Mariana, Salomé. A Ibrahim pela força. Aprendi com vocês em cada espaço que essa geografia nos proporcionou.
- Aos amigos que me ajudaram nas linhas dessa dissertação, Márcio, Danilo, Rosana, Maroca, Jorge. A Nathaly pelos mapas e fotografias. Tem um pedaço de vocês aqui.
- Aos que me deram força desde o comecinho, Sérgio pelo apoio e Baunilha pelo lar temporário e a amizade. A Marina e Marcinha pela força e amizade. E na reta final agradeço a Jorge por me aguentar, oferecer um lar e fazer o papel de um membro da família.
- A geografia me proporcionou companheiros de sonhos, lutadores e amigos, esses nunca deixam de estar presentes, Marcelo, Denise, Vanessa, Danilo, Jordana, Laiany, Cris, Sara, Luana, Flávio, Edmilson, Bárbara, Sheilão, Márcio e todos que passaram pelo DALIGEO E AGB, os espaços de luta da geografia são espaços de aprendizado constante.

Meu muito obrigado a todos vocês!

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Mapa 1: Mapa de localização do Povoado Mosqueiro.	24
Figura 1: Imagem de satélite de parte da zona de expansão de Aracaju/SE.	24
Figura 2: Jereré, armadilha onde se coloca isca para pegar siri.	26
Figura 3: Rodovia dos Náufragos – sentido Aracaju/Mosqueiro.	30
Figura 4: Rodovia José Sarney – sentido Aracajú/Mosqueiro	30
Figura 5: Caranguejo Uçá, apanhado por marisqueiras no Povoado Mosqueiro.	36
Figura 6: Mansões impedem o acesso e privatizam grande extensão da margem esquerda do Rio Vaza- Barris.	38
Figura 7: Ponte Joel Silveira sobre o Rio Vaza- Barris, inaugurada em março de 2010.	49
Figura 8: Sistema de Dunas situadas no Povoado Mosqueiro, de frente a linha de costa.	50
Figura 9: Coqueiros e lagoas que compõe a paisagem do Povoado Mosqueiro.	51
Figura 10: Orla Pôr do Sol.	53
Figura 11: Pescador do Mosqueiro fazendo reparo em sua rede.	60
Figura 12: Pescadores preparando embarcação pra sair em alto - mar.	71
Figura 13: Família jogando a tarrafa no Rio Vaza - Barris.	84

SUMÁRIO

Resumo.....	10
Abstract.....	11
Introdução.....	12
Capítulo I - O Povoado Mosqueiro: Uma história de pesca, trabalho, capitalismo e urbanização.....	23
1.1- Espaço de uso /Espaço de vida: História narrada por moradores.....	23
1.2- O saber fazer da pesca artesanal no Mosqueiro.....	31
1.3- O urbano como processo vetorizador do capital no Povoado Mosqueiro.....	39
1.4- A pressão urbana e a “vocação” para o turismo no Povoado Mosqueiro.	47
Capítulo II - A pesca artesanal no Povoado Mosqueiro: o trabalho como mediação da relação homem/natureza.....	54
2.1- A pesca- artesanal no Povoado Mosqueiro.....	55
2.2- A pesca artesanal como mediação da relação homem/natureza.....	66

2.3- A perspectiva ontológica e central do trabalho e sua representação a partir da atividade pesqueira extrativista do Povoado Mosqueiro.....	73
Capítulo III- A pesca artesanal no Povoado Mosqueiro, SE: Permanência, resistência e autonomia?.....	84
3.1- Permanências, resistência e autonomia.....	84
3.2- A pesca- artesanal como resistência ao trabalho estranhando.....	90
Considerações finais.....	101
Referências Bibliográficas.....	104
Anexos.....	107

Resumo

O Povoado Mosqueiro, localizado na grande Aracaju, constitui um território de vida e trabalho para as famílias de pescadores e marisqueiras que historicamente tem-se relacionado com a área estuarina do rio Vaza-Barris por meio da atividade pesqueira. Esta comunidade tem garantido a sua existência como coletividade vinculada às características próprias da pesca artesanal: atividade extrativista, de baixo impacto predatório, voltada para o auto- consumo ao tempo que garante a comercialização local do excedente das capturas e fundamentada no trabalho de base familiar. A relação homem/natureza mediada pelo trabalho na pesca tem garantido no Mosqueiro, até os dias de hoje, a reprodução de valores que vão de encontro ao modo de vida que se submete aos ditames do capital, especificamente ao assalariamento. Nosso objetivo nesta dissertação de mestrado é compreender como essa atividade pesqueira, praticada em sua forma artesanal, persiste e resiste na comunidade pesqueira do Povoado Mosqueiro no estado de Sergipe. A partir do resgate da história oral e da memória dos mais velhos, reconstruímos uma narrativa do processo de formação territorial do Povoado, constatando que a dinâmica da expansão urbana da grande Aracaju e a pressão que o setor imobiliário e turístico exercem sobre a comunidade e seu território, colocam em risco a permanência da mesma. Todavia, a identidade da comunidade gestada a partir do trabalho cotidiano e artesanal, que modifica a natureza e o seu espaço, ao tempo que transforma a própria comunidade em uma “comunidade de pescadores” faz com que o controle e domínio total do processo de trabalho pelos próprios trabalhadores-pescadores coloque os limites reais ao avanço das relações capitalistas dentro da comunidade. A esse limite chamamos-lhe neste trabalho de resistência.

Palavras-chave: Pesca- artesanal, Permanência, Resistência, Trabalho, Relação homem/natureza, Povoado Mosqueiro/SE.

Resumen

La pesca-artesanal es nuestro objetivo de estudio y interés, ya que se pretende en esa reflexión de pesquisa comprender cómo la actividad pesquera practicada en su formato artesanal persiste y resiste en la comunidad pesquera del poblado Mosqueiro/SE. Partiendo de la realidad puesta para el territorio que corresponde al poblado Mosqueiro, tuvimos el modo de vida construido cotidianamente por los pescadores y marisqueras que mantienen una relación directa con la naturaleza por medio de la pesca. El que los proporciona una colectividad que parte de la propia necesidad del trabajo que es la pesca, y valores otros que van de encuentro al modo de vida que se súmete a los dictámenes del capital. En ese sentido nuestro interés se pauta en el rescate de la historia del poblado por medio de la comunidad pesquera y suyos relatos para entender como el espacio que corresponde al poblado Mosqueiro, viene siendo producido y reproducido a partir de la pesca concomitantemente con la presión ejercida por el capital por medio de procesos que constituyen el urbano en áreas de interés turístico y de especulación inmobiliaria. En la mediación de la realidad presente en el poblado Mosqueiro, buscamos las lecturas que nos permite entender la relación hombre/naturaleza mediado por el trabajo de forma que posamos llegar a las contradicciones inherentes a la sociedad del capital y así contribuir con el directo de permanencia de la comunidad pesquera para que esa continúe en su práctica cotidiana mostrando a nosotros que hay otra racionalidad posible de superar las relaciones que se constituyen en la sociedad del capital.

Palabras-clave: Pesca-artesanal; Permanencia; Resistencia; Trabajo; Relación hombre/naturaleza; Poblado Mosqueiro.

INTRODUÇÃO

A pesquisa é a atividade básica da ciência; a descoberta científica da realidade. É anterior à atividade de transmissão do conhecimento; é a própria geração do conhecimento; é a atividade científica pela qual descobrimos a realidade. Partindo-se do princípio de que a realidade não se apresenta com clareza na superfície, não é o que aparenta a primeira vista, conclui-se que as formas humanas de explicar a realidade nunca esgotam a verdade, porque esta é mais exuberante que aquelas. Maria Helena Michel, 2009.

A comunidade pesqueira do Povoado Mosqueiro situada na Grande Aracaju, estado de Sergipe é o recorte territorial da nossa pesquisa de mestrado intitulada: ***A pesca artesanal como mediação da relação homem natureza: permanência e resistência dos pescadores nas comunidades pesqueiras do Povoado Mosqueiro/Aracaju-SE.*** Pretendemos com este estudo desvendar e discutir os processos espaciais que configuram o território em que vivem as famílias de pescadores artesanais e mariscadoras. O processo de constituição do Povoado Mosqueiro foi iniciado pela comunidade pesqueira, numa relação direta com a natureza. Foi a atividade da pesca artesanal que possibilitou, e possibilita, um modo de vida baseado na extração direta dos seus meios de subsistência. Porém, diante do processo de produção/reprodução do capital¹ constatamos que este Povoado passa por transformações. Interessa-nos saber se essas transformações vão de encontro à permanência, em longo prazo, do modo de vida estabelecido historicamente pela comunidade pesqueira.

Para isso, questionamos como esta comunidade, que vive da pesca, tem-se relacionado com a natureza circundante, o mangue, o rio, o estuário, e também com a cidade de Aracaju, em permanente processo de expansão. Perguntamo-nos como, diante desses dois processos concomitantes - a relação de identidade do trabalho na natureza e a necessidade de um mercado consumidor na cidade - aqueles que vivem da pesca permanecem durante décadas dando sentido e significado ao

¹ As leituras de Mészáros (2004, 2007), nos permitem a compreensão de como se dá o processo de produção e reprodução do capital em sua necessidade constante de se expandir, o que se converte em um processo sóciometabólico necessário a sobrevivência do sistema do capital que se apresenta de forma ampliada e totalizante.

Mosqueiro enquanto um Povoado de pescadores. Estes questionamentos nos coloca frente à necessidade de entender a totalidade, por isso não perdemos de vista que o Mosqueiro, apesar de suas especificidades, faz parte da lógica da reprodução ampliada do capital que vem transformando as áreas estuarinas do Brasil como um todo. A prática mais comum tem sido a apropriação da natureza e a sua transformação em mercadoria a ser consumida como paisagem-objeto, assim como a transformação em mercadoria do próprio espaço na “corrida” da valorização e especulação imobiliária. Instiga- nos saber como esses processos criam limites para o “viver” e para o “trabalhar” da/na pesca, o que nos leva a refletir sobre as relações, ações e práticas que garantem a permanência dessa comunidade. Outra preocupação é entender como se estabelece a resistência. Constatamos que, ainda que na comunidade exista uma associação que em princípio deveria representar vontades e interesses coletivos, ela não consegue agregar a comunidade pesqueira em torno de objetivos comuns. Isso nos conduz a pensar resistência a partir da própria “labuta” cotidiana e identitária na pesca: é possível falar de autonomia perante o metabolismo social do capital? Já que a atividade pesqueira artesanal, conforme nossa leitura passa por relações que não caracterizam relações capitalistas de produção e trabalho, embora esteja inserida na totalidade dessas relações, cabe falar de práticas autônomas?

No bojo dessas questões abrimos os caminhos de pesquisa para os limites e potencialidades da pesca- artesanal no enfrentamento e resistência ao desenvolvimento desigual que a lógica capitalista impõe no espaço². Os procedimentos metodológicos para a análise da comunidade do Mosqueiro selecionados foram os relatados a seguir.

Para iniciar nossos trabalhos fizemos uma revisão bibliográfica de artigos, dissertações, teses e livros relacionados à temática da pesca artesanal. Nosso objetivo era entender com detalhe o universo de pesquisa, o mundo da pesca artesanal, e a refletir os alvos e problemas a serem definidos como essenciais para compreensão da comunidade em questão. Um dos autores que nos ajudou nessa

² Para Smith (1988), o desenvolvimento desigual representa a manifestação da produção do espaço no sistema capitalista. Em vistas que o modo de produção capitalista se manifesta na contradição e na produção da sociedade de classes que se apropria desigualmente da natureza e da produção de riquezas. Tais relações se manifestam no espaço.

tarifa foi Diegues (1983). Este autor tem um reconhecido trabalho de pesquisa, e inúmeras obras publicadas, sobre a pesca artesanal e comunidades pesqueiras, entre elas nos ajudaram nessa pesquisa, Pescadores, Camponeses e trabalhadores do Mar (1983), A Imagem das Águas (2000), e Povos e Águas (2002). Os seus estudos nos auxiliou a entender, não só o universo, como também a própria trajetória da pesca no Brasil e o papel dessa atividade historicamente na sociedade. Papel este subalterno e sobre constante pressão do modelo de desenvolvimento capitalista.

Outra autora que nos ajudou a compreender o mundo da pesca foi Maldonado (1993), com um trabalho antropológico minucioso sobre a organização da atividade pesqueira artesanal, onde se faz presente à coletividade e a hierarquização a partir do saber adquirido no mar. Outros temas e conceitos abordados pela autora são os de mestrança, a masculinização da atividade, o conceito de tempo a partir da natureza, a divisão do espaço marítimo a partir da percepção desses pescadores, e a beleza e dificuldades do ser pescador- artesanal.

É importante destacar ainda, dois autores que nos ajudaram a desvendar e fazer uma leitura crítica a partir do mundo da pesca foram estes: Cardoso (2001) e Ramalho (2007). O primeiro escreveu a tese de doutorado intitulada “Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social”, nela o estudo da organização de pescadores do litoral norte paulista, nos ajuda a refletir não só a atividade pesqueira, mas os novos usos impostos a esses sujeitos a partir das prioridades postas pelo capital às áreas litorâneas, esses pescadores se apropriam e não se isolam em seu espaço e seu território. Já Ramalho (2007), na sua tese sobre os pescadores de Suape/PE- “Embarcações do Encantamento: Trabalho como Arte, Estética e Liberdade na Pesca Artesanal de Suape, PE” - nos permite uma melhor compreensão de como a atividade pesqueira artesanal se estabelece no Nordeste se apresentando como uma atividade de resistência ao modelo escravista e canavieiro. Ramalho ainda nos ajuda a pensar resistência a partir da pesca, quando a partir da compreensão da atividade como uma arte, coloca essa como possibilidade de resistência a sociedade de consumo capitalista e ainda nos traz uma importante contribuição analítica a partir da sua leitura de Lúckács, do trabalho como categoria/atividade central para entender o mundo da pesca.

Na tentativa de fazer uma leitura de totalidade procuramos autores que nos ajudaram na compreensão do funcionamento do metabolismo social do capital, e que entendem o trabalho como central nas relações sociais, nos permitindo assim criar a mediação necessária para a nossa análise.

Como a pesca se insere nas relações locais/globais de produção/reprodução do capital? Autores como Smith (1988), Antunes (2007), Mészáros (2004) e Lúckacs (1981) nos ajudam a fazer essa reflexão.

Smith (1988) ao fazer um resgate do conceito de natureza, na perspectiva de produção e apropriação desta, nos dá elementos para a discussão da relação homem/natureza. Como o homem produz natureza e se reproduz ao mesmo tempo e, como essa produção se dá de maneira diferenciada e produz espaços desiguais na medida em que, o interesse colocado é o da sociedade de classes.

Já a leitura da obra de Marx, *Ideologia alemã* (2007), e a *Ontologia do ser social* (1981) de Lukács nos ajudaram a compreendermos como no decorrer do tempo histórico foi constituída a relação do homem com a natureza e o papel da pesca enquanto atividade mediadora do homem, com o meio em que vive, sendo a pesca uma atividade extrativista. Lukács nos permite pensar a natureza do ser a partir da ontologia do trabalho e sua centralidade nas relações sociais, ao tempo que nos coloca na discussão/reflexão sobre a resistência a partir do e no próprio trabalho não estranhado. A pesca, portanto, dá luz ao modo de vida que produz natureza, ao mesmo tempo em que produz o homem e a mulher, pescadores e marisqueiras do Povoado Mosqueiro.

Por fim, Antunes (2007) e Mészáros (2004), a partir da leitura sócio-metabólica do capital- funcionamento do sistema do capital e suas mediações nas relações sociedade/natureza- nos apresentam os conceitos de mediações de primeira ordem e mediações de segunda ordem nas quais o nosso sujeito de pesquisa permeia a primeira mediação quando produz valor- de- uso, e se relaciona com a natureza primeiramente para suprir necessidades básicas, e passa pelas mediações de segunda ordem quando se insere nas relações capitalistas ao modo

que inserido no sócio-metabolismo do capital, não foge as relações e necessidade produzidas pela sociedade do consumo.

Antunes (2007) ainda nos ajuda e reforça a discussão da centralidade do trabalho, e Mészáros nos dá elementos para pensar resistência e autonomia como elementos importantes no processo de construção de uma lógica diferente da do capital, mas nos dando a clareza que o metabolismo do capital de forma dominante e totalizante não pode ser revertido somente a partir de práticas como a que vemos no Mosqueiro, mas compreendendo a importância dessas para a construção do pensamento e da prática cotidiana de outra possibilidade de vida.

O trabalho de campo realizado junto à comunidade foi desenvolvido em seis fases. A primeira visita em campo foi realizada com a equipe do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho da Paraíba (CEGET-PB), no dia 19 de agosto de 2009. Durante esta visita realizamos entrevistas e aplicamos questionários, com a intenção de entender como se deu a formação da comunidade e qual o papel da pesca na dinâmica do Povoado. As entrevistas foram feitas junto ao ex- presidente da associação de pescadores, um pescador- artesanal, Sr E.S e uma marisqueira, Dona M.S, antigos moradores do Mosqueiro. Já os questionários que elaboramos como ferramenta metodológica e foram aplicados com alguns pescadores e marisqueiras do Povoado, mostraram-se pouco eficientes para o propósito de pesquisa, e optamos então por continuar os nossos trabalhos utilizando somente a entrevista semi-estruturada que permitiu uma maior interação com o sujeito da pesquisa, além de trazer mais elementos.

O segundo trabalho de campo foi feito no dia 30 de janeiro de 2010 e o terceiro foi realizado em 06 de fevereiro de 2010, pela pesquisadora e consistiu em entrevistas, com pescadores do Povoado. Em ambos os campos o objetivo foi obter uma visão ampliada da realidade da pesca- artesanal no Povoado, por isso voltamos a recorrer às entrevistas para resgatar os depoimentos da comunidade. Todos os entrevistados eram moradores e pescadores- artesanais, coletando um total de xx, entrevistas.

Durante o quarto trabalho junto à comunidade em agosto de 2010, optamos por pernoitar no Povoado para poder assim acompanhar a dinâmica das famílias dos pescadores. No segundo e terceiro campo foram entrevistados somente pescadores, neste quarto foi priorizado entrevistar as marisqueiras. Neste momento tivemos a oportunidade de entrevistar as marisqueiras do Mosqueiro nos dias: 13, 14, 15, 19 e 20 de agosto. Esse campo além de fechar o ciclo de entrevistas, nos permitiu vivenciar a pesca de camarão em uma das lagoas temporárias do Povoado, o que geralmente é feito por crianças e marisqueiras que passam uma rede circular na lagoa, que lhes permite capturar uma pequena quantidade do camarão para consumo próprio.

O quinto trabalho foi realizado entre 12 e 26 de janeiro de 2011, nesta ocasião o objetivo foi observar as mudanças na paisagem e organização do espaço a partir da pressão imobiliária e turística que atua sobre o Mosqueiro. Também priorizou-se a realização de fotografias que ilustrassem tanto o mundo da pesca como os impactos urbanísticos presentes no Povoado.

Todos os trabalhos de campos feitos além de conversas e entrevistas se basearam na observação do dia de trabalho dos pescadores e marisqueiras, desde a maré onde os mesmos pescam até os portos naturais onde esses embarcam e desembarcam, representando dessa forma o cotidiano da atividade pesqueira na comunidade. Esses trabalhos nos proporcionaram uma melhor compreensão do mundo da pesca- artesanal e como a atividade permanece sendo base das relações construídas na comunidade, mesmo diante das mudanças impostas a dinâmica e ao espaço que correspondem ao Povoado Mosqueiro nas últimas décadas.

Optamos no texto em falar de marisqueiras e pescadores, em vez de marisqueiras e marisqueiros e pescadores e pescadoras, pelo simples motivo de nos campos feitos as entrevistas terem sido feitas com homens e mulheres que se identificam como marisqueiras e pescadores, apesar de sabermos que algumas mulheres pescam e alguns homens catam mariscos. Foram feitas também visitas em órgãos públicos responsáveis por informações do Povoado, entre eles: O IBAMA de Sergipe (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), A SEPLAN (Secretaria de

Planejamento do Município de Aracaju e do Estado de Sergipe), Prefeitura Municipal de Aracaju e a Superintendência de pesca e Aqüicultura do Estado de Sergipe.

A visita a órgãos públicos nos possibilitou entrevistarmos os seus responsáveis que nos facilitaram informações sobre a disputa judicial em que se encontra o Povoado. A capital sergipana, Aracaju, e o município vizinho São Cristóvão que inclusive integra a Grande Aracaju, disputam o Povoado. Segundo o IBGE, o limite entre os municípios se daria pelo Rio Vaza Barris que os corta delimitando-os, o fato que automaticamente localizaria o Povoado Mosqueiro para jurisdição da capital aracajuana. Mas, historicamente o Povoado pertenceu ao município de São Cristóvão. No entanto, pela proximidade de Aracaju, a população do Mosqueiro e dos povoados vizinhos são assistidos pelos serviços públicos da capital, e mesmo investimentos públicos foram feitos no Povoado pela prefeitura municipal de Aracaju. Em 1999, com uma ementa constitucional feita por um deputado estadual, o Povoado Mosqueiro passa a pertencer oficialmente a Aracaju, mas essa disputa ainda não foi resolvida judicialmente o que deixa uma incerteza sobre qual é a jurisdição do Povoado.

Por conta dessa disputa de caráter administrativo, há incertezas na atualidade, o Povoado se encontra sem a delimitação oficial de sua área. A Prefeitura Municipal de Aracaju ainda não delimitou a área dos povoados da Área de Expansão de Aracaju, entre eles o Mosqueiro. Aliás, existe no âmbito da prefeitura municipal de Aracaju uma discussão em aberto sobre os povoados próximos a capital, entre eles o Mosqueiro, se são bairros ou povoados do município. O Plano Diretor de Aracaju que ainda está sendo revisado pela Câmara Municipal, poderá nos dar algumas respostas futuramente juntamente com o resultado do que determinará o Ministério Público. Enquanto isso oficialmente não se tem uma delimitação exata da área que corresponde o Povoado. Os mapas produzidos pelos órgãos responsáveis do Estado e do Município indicam a área suposta do Povoado a partir do que historicamente é chamado de Povoado Mosqueiro pelos próprios moradores que o constituem, mas ainda sem assumir os limites exatos do Povoado.

O que chamamos aqui de Povoado Mosqueiro se dá a partir da delimitação posta pelos pescadores e marisqueiras. É o território delimitado, definido e localizado

pelas famílias pescadoras e marisqueiras que nela vivem por isso se fez necessário compreender o papel da memória na constituição da história do Povoado Mosqueiro. Dificuldades de acesso a registros oficiais tanto no que tange a delimitação do território que está em aberto, como registros sobre como se deu a formação/constituição do Povoado, nos fizeram recorrer à história oral a partir da memória viva de pessoas que protagonizaram esse momento, filhos e filhas dos primeiros moradores, por isso se trata de uma história de velhos a qual recorreremos como uma opção metodológica. De maneira que o que conseguimos registrar de história do Povoado Mosqueiro se deu principalmente a partir de conversas estabelecidas com os pescadores e marisqueiras. As lembranças enquanto memória social da comunidade pesqueira nos possibilita compreender como se deu a formação do Povoado a partir da pesca enquanto atividade extrativista artesanal.

Marilena Chauí (1994), na apresentação do livro *Memória e Sociedade* de Ecléa Bosi nos ajuda a refletir sobre o papel do velho³ e de sua função de recordador na sociedade. Para Chauí (1994) o velho é oprimido pela sociedade capitalista que não valoriza o trabalhador, muito menos o que envelhece e perde sua função “social” de produtor de mais- valia. Chauí (1994) nos apresenta a lembrança como memória trabalho, que se refaz, e que não se apresenta como algo individual, mas se constrói a partir do cotidiano, das relações vividas:

O modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique (pág. 31).

A reflexão desta autora sobre os velhos se faz necessária no momento em que, foi a partir dos velhos e velhas do Mosqueiro, que se tornou possível resgatar a história da comunidade pesqueira e da construção do Povoado enquanto território de pesca. Para além desta discussão, é interessante neste momento o entendimento da memória coletiva, da memória social que se dá a partir do cotidiano de pesca, do trabalho. Assim nos é importante aqui entender esse processo de

³ O velho para Bosi define um estágio social, onde se tem uma percepção da lembrança diferenciada já que os velhos já viveram boa parte de sua vida e, portanto tratam de lembrar como forma de ocupação consciente. Buscam as lembranças e não contrário, o velho que para o estágio em que se encontra a sociedade deixa de ser ativo e tem como papel unir o passado ao presente.

constituição da memória social a partir da leitura de Bosi (1994), já que é partir das lembranças dos pescadores e marisqueiras do Mosqueiro que se dá a riqueza deste trabalho.

Bosi (1994) nos traz algumas discussões da psicologia social sobre memória e o processo de constituição desta no indivíduo inserido em um contexto social, em sua cultura. Para entender como se dá o processo de constituição da lembrança é preciso entender o percurso que a imagem faz no corpo humano. A imagem que segundo a psicologia, transmitida aos músculos se torna ação, e quando não, quando esta permanece no cérebro tem-se a percepção. Nesse processo a autora nos chama atenção para o momento presente, o tempo em que a ação acontece.

É desse presente que a ação corporal se alimenta juntamente com o ambiente em que esta ação se insere. Estando o ato corporal ligado ao presente, então cada ato seria novo no momento em que se materializa como sugere a autora, porém, a partir deste entendimento surge um questionamento. Se há o novo é porque já existiram outras experiências. Para explicar o que se opõe a percepção do atual, do presente, Bosi (1994) recorre à Bergson, psicólogo social, e apresenta a lembrança como conceito, sendo assim a diferença da percepção atual enquanto tempo presente, mas fazendo parte dela. Lembrança que nos permitiu reconstituir parte da história do Mosqueiro a partir da memória dos seus moradores, pescadores e marisqueiras, trabalhadores e recordadores que vivem e vivenciam o Povoado.

Para Bergson (apud Bosi, 1994), segundo Bosi (1994), qualquer percepção estaria impregnada de lembranças. A memória para esse autor teria um papel fundamental no processo psicológico do ser humano à medida que liga o passado com o presente e exprime a totalidade das experiências vividas. Para ele a dialética de sua teoria estaria então no fato que o presente é o tempo responsável por ativar a própria memória, são os estímulos do presente que faz com que o passado se faça necessário enquanto experiência e acúmulo de vida.

O passado segundo o autor está imbricado no presente, atuando sobre este, mas não necessariamente de forma homogênea, dessa forma existiriam dois tipos de

memória. A primeira, a memória hábito, seria aquela que se dá pela repetição de atos de forma a levar a uma forma mecânica de comportamento ligada ao presente, atos que se repetem. Já a segunda seria uma memória mais ligada ao sonho, aos momentos de devaneio, a lembrança que corresponde a momentos individualizados.

Pensando nos pescadores e marisqueiras do Mosqueiro, o papel da imagem/lembrança é o que possibilitou o registro de momentos da comunidade que compõem a formação do Povoado. Lembranças essas que seguindo a lógica da discussão que apresentamos neste trabalho são estimuladas pelo momento presente: a memória hábito que se constitui na atividade repetida cotidianamente na pesca. Estar no rio, no mar, no mangue permite e estimula as lembranças de outras imagens onde a ação de pescar também esteve presente. Para Bérqson segundo Bosi (1994) ainda há uma questão importante, a memória estaria permanentemente em estado potencial, e então a consciência faria o papel de trazer essas imagens à tona. Nesse processo, algumas imagens vêm à tona e outras não. Algumas lembranças são mais claras, o que sinaliza o grau de importância dos acontecimentos para aquele que está recordando.

Outro autor que Bosi (1994) discute é Halbwachs. Para ele existe outra forma de compreender mais profundamente como as lembranças e a memória vêm à tona e interferem diretamente nas ações do presente. O procedimento parte de quadros sociais, de forma que entender as relações e os processos ligados ao psíquico do ser humano não deve ficar restrito a pessoa, ao indivíduo, mas sim ao quadro social que esse faz parte. Para o autor as lembranças vêm à tona a partir de estímulos provocados pelo grupo social, família, amigos ou outras pessoas, de forma que as percepções dessas lembranças se transformam à medida que nós nos transformamos e não permanecemos os mesmos ao longo da vida. Halbwachs ainda destaca que o processo de socialização dessas lembranças, se torna possível a partir da linguagem, instrumento esse que permite a socialização da memória da comunidade pesqueira do Mosqueiro.

Para Bosi (1994) Bartlett é outra das influências da psicologia social no estudo da memória. Para este, da mesma forma que para Halbwachs, o grupo social constrói uma memória coletiva que permanece. A comunidade do Povoado Mosqueiro

configura um grupo social constituído a partir da identidade gerada na atividade pesqueira, ao compartilhar lembranças e memórias através da linguagem. Durante nossos trabalhos de campo constatamos como as lembranças se perpetuam de maneira coletiva, de modo que as imagens compartilhadas pelos pescadores e marisqueiras entrevistados se complementam ou muitas vezes são quase que a mesma história, memória essa construída pela comunidade e o vivido a partir da pesca.

Com a metodologia colocada a pesquisa constitui-se na redação de três capítulos. O primeiro, intitulado *O Povoado Mosqueiro: Uma história de pesca, trabalho, capitalismo e urbanização*, apresenta um resgate da história do Povoado e da comunidade pesqueira a partir de relatos dos pescadores e marisqueiras colhidos em campo, E também uma reflexão do urbano e os processos que o constitui, na singularidade que se tem presente no Mosqueiro. O intuito é tentar contextualizar e compreender como o espaço do povoado Mosqueiro vem sendo produzido e reproduzido a partir da pesca concomitantemente com a pressão exercida pelo capital.

No segundo capítulo, intitulado *A pesca artesanal no Povoado Mosqueiro: o trabalho como mediação da relação homem/natureza*, apresentamos os autores que vem trabalhando com pesca- artesanal, a relação homem/natureza e com a temática do trabalho, afim de fazer a mediação teórica com a realidade de pesquisa, e fazer uma análise mais reflexiva do tema proposto. No terceiro capítulo, intitulado *A pesca artesanal no Povoado Mosqueiro, SE: Permanência, Resistência e autonomia*, a intenção é aprofundar a discussão de forma mais analítica a partir da compreensão da pesca como atividade de enfrentamento ou não ao modo de produção capitalista.

Por último optamos por fazer uma iconografia de pesquisa composta por fotos tiradas durante os trabalhos de campo, já que a visualização da paisagem que compõe o território do Povoado Mosqueiro enriquece as discussões aqui travadas além de corresponder ao pedido do próprios pescadores e marisqueiras de levar ao máximo de pessoas a importância e beleza do seu território de vida par.

Capítulo I- O POVOADO MOSQUEIRO: UMA HISTÓRIA DE PESCA, TRABALHO, CAPITALISMO E URBANIZAÇÃO.

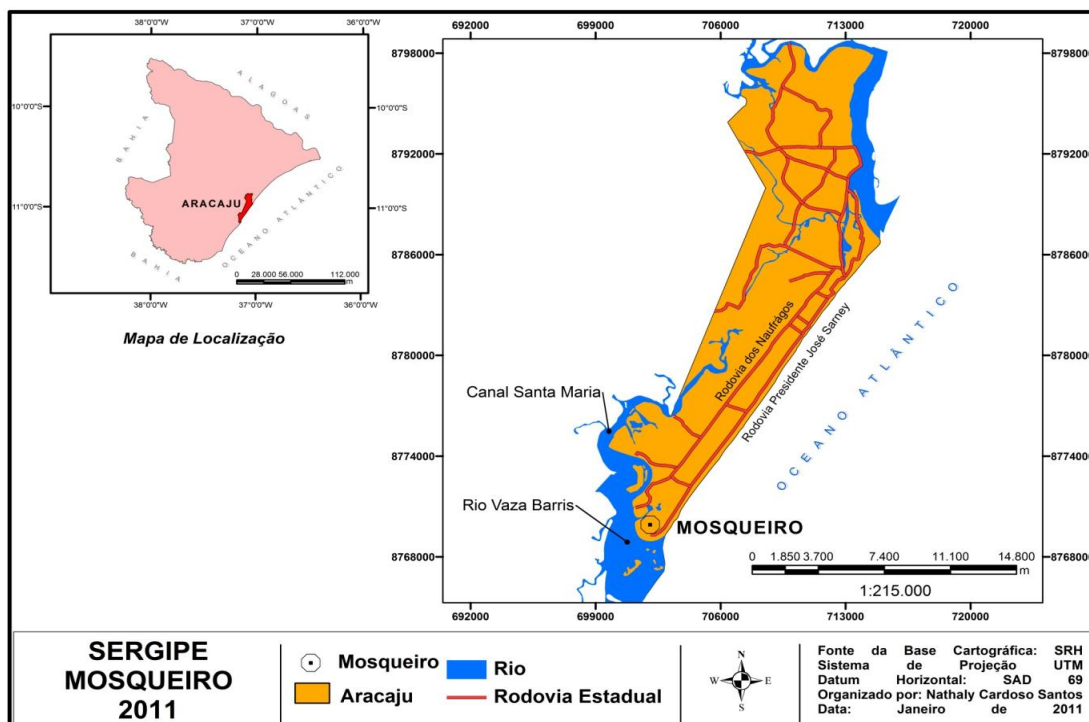
1.1- Espaço de uso /Espaço de vida: História narrada por moradores.

O Povoado Mosqueiro, historicamente representa um território de pesca, cotidianamente produzido e reproduzido a partir de relações que constituem historicamente a comunidade pesqueira do Mosqueiro. O Povoado no resgate das relações local/global da reprodução do capital é hoje alvo do interesse direto da lógica capitalista com a valorização do espaço e com os investimentos⁴ de estrutura urbana, realizados pelo município de Aracaju.

O Povoado Mosqueiro se situa no extremo sul do município de Aracaju. De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento o Povoado está situado na Zona de Expansão Urbana, tendo como limites: a leste, o Oceano Atlântico; a oeste, o Canal Santa Maria; e o Rio Vaza Barris, a sul e a sudoeste (Mapa 1, pág.24), (Fig.1, pág.24). Até a década de sessenta do século XX a comunicação entre a cidade de Aracaju e o Povoado Mosqueiro era de difícil acesso, o sistema de transporte coletivo não existia e qualquer comunicação com a capital era realizada a pé, em animais ou de barco, para que os pescadores e marisqueiras pudessem vender seus produtos no mercado de Aracaju. Na década de 1980 a relação com Aracaju é intensificada com a pavimentação da Rodovia dos Náufragos e a abertura da Rodovia José Sarney, quando se inicia um processo de especulação imobiliária que só se acentua no decorrer das últimas décadas. Desta forma, a comunidade pesqueira foi afetada alterando o modo de vida e as relações sócio-espaciais ali estabelecidas.

⁴ Até meados da década de 1950 há registros de cobranças de impostos pelo município de São Cristóvão ao Povoado Mosqueiro que integraria os limites de seu território, com a proximidade de Aracaju investimentos passam a ser feita no Povoado pela capital de onde se estabelece o conflito de qual município teria jurisdição sobre o território.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO POVOADO MOSQUEIRO



Mapa 1 - Mapa de localização do Povoado Mosqueiro.
Autora: Nathaly Cardoso Santos.

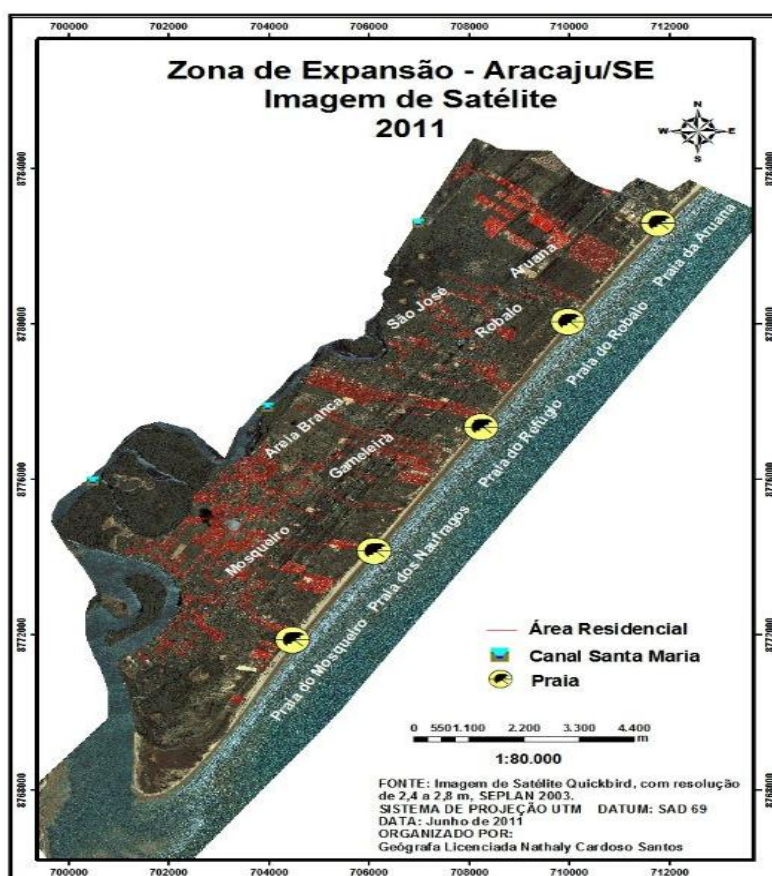


Figura 1- Imagem de satélite de parte da zona de expansão de Aracaju/SE.

Através das entrevistas semi-estruturadas realizadas durante os trabalhos de campo, foi possível, a partir da memória dos pescadores e marisqueiras, identificar situações vividas pelos pais e por estes no período em que o Povoado Mosqueiro pertencia ao Povoado de São Cristóvão, no qual existia apenas a comunidade pesqueira e fazendas de coco, e o acesso a capital Aracaju se dava pela areia da praia no ritmo determinado pelo movimento das marés.

A narração dos mais velhos a partir do vivido mostra como se dava a ocupação e organização do espaço do Mosqueiro com base na atividade pesqueira. Se tinham poucas famílias, entre 10 à 15, e as casas eram distantes umas das outras, a comunidade vivia da pesca, e da coleta de frutos e pequenos roçados para a subsistência. Algumas pessoas do povoado trabalhavam nas fazendas de coco que compreendiam grande extensão do Povoado, as narrativas conforme os depoimentos apresentados a seguir permitem-nos visualizar este tempo histórico:

Ai era na faixa de dez pescadores, nos tínhamos no Mosqueiro oito casas, nessa região, você pegando lá da Zé Rigoto que é a balsa hoje até a saída Matapoã entre Areia Branca e Mosqueiro, tinha oito casas... (Pescador 76 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Do tempo que to aqui no Mosqueiro o que mudou é que não tinha pista, não tinha muita casa... (Pescador 69 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Antigamente andava quilômetros da sua casa pra achar outra casa, pra ir pra Aracaju é que era problema, você tinha que ir pela maré, pela praia... (Pescador 63 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A pesca se dava de forma artesanal a partir do catado de mariscos e do uso de instrumentos de pesca de baixo poder predatório, como canoas e redes feitas pelos próprios pescadores, além de outros artifícios como jereré (um tipo de rede) e algumas armadilhas para pegar siri, aratu e caranguejo.⁵ A fig. 2 ilustra o jereré, rede

⁵ O siri e aratu são tipos de caranguejo. Popularmente diferenciados por algumas características, no siri as patas traseiras são chatas em vez de pontiagudas por serem adaptadas ao nado, já o aratu

circular usada para pegar camarão e pitu em pequenas lagoas formadas no Povoado, ou mesmo como armadilha para pegar siri. O jereré apresenta um saquinho pendurado no meio da rede que é onde se coloca a isca para o siri:



Figura 2- Jereré, armadilha onde se coloca isca para pegar siri.

Fonte: Trabalho de campo no Povoado Mosqueiro Aracaju/SE, janeiro/2011.

Autora: Shauane Itainhara.

Segundo os pescadores e marisqueiras entrevistados durante os trabalhos de campo, a situação era muito diferente, há quarenta ou trinta anos. Havia segundo os depoimentos uma fartura de pescados de forma que, jogando a rede algumas vezes já era possível capturar quilos de peixe. Os mariscos também eram catados em maior quantidade. Segundo os depoimentos das famílias de catadores/marisqueiras/pescadores era difícil comercializar esses pescados devido à grande quantidade capturada e pela própria dificuldade de acesso aos locais de venda:

Quando eu comecei a pescar você andava ainda 400, 500, 1000 metros pra encontrar um cara que comprasse o peixe, porque tinha

tem cor avermelhada e alaranjada e é menor que o siri e o caranguejo. Quanto aos instrumentos o jereré, é uma rede circular onde sua boca é presa a arame ou pau de mangue, é uma rede passada em pequenas lagoas ou mesmo em partes do rio ou mangue para pegar camarão ou pequenos peixes. Já as armadilhas pra pegar siri consistem em latas, onde são colocadas iscas (restos de comida, por exemplo) para que o siri entre.

muito peixe. (Pescador 76 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE)

Antigamente você saía aqui com uma redinha lá pra alto-mar, saía com uma redinha de 300, 400 metros, você trazia era 100, 150, 70, 80 kg de peixe, hoje você sai que nem um amigo meu e traz 30 kg de peixe. (Pescador 63 anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Meu pai conta que antigamente ai né, numa beirada de rio dessa ai dava duas tarrafadas⁶ era o suficiente pra voltar pra casa, hoje agente pesca o dia todo pra trazer $\frac{1}{4}$ do que eles traziam. Só que tinha a vantagem da fartura que tinha, e a desvantagem da comercialização, porque não tinha pra quem vender tanto peixe, a população daqui era pequena, não tinha transporte, meu pai conta que minhas tias e meus avôs, iam pra Aracaju de pé, não tinha estrada, iam pela praia, pela praia começou a andar caminhão, mas era por aqui por dentro de pé, eram dois dias de viagem, ia carregada com coco ou peixe, voltava carregada com as compras que faziam lá. (Pescador, 48 anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE)

A comercialização dos pescados era realizada quase que em sua totalidade na capital Aracaju. Uma pequena parte era vendida nas fazendas e chácaras de coco do próprio Povoado e outra parte no município de São Cristóvão que fica localizado na margem direita do Rio Vaza Barris. O peixe comercializado em Aracaju até a década de 1980 era muquiado⁷, por não ter como conservar o peixe fresco até chegar ao mercado ou a praia de Aracaju. Depois de tratar e muquiar o peixe algumas mulheres se juntavam para fazer a caminhada até Aracaju. Além do peixe ainda eram levados siris, caranguejos e aratu já cozinhados, e muitas vezes frutas coletadas no povoado. A caminhada se dava pela praia e durava um dia inteiro, por isso as marisqueiras pernoitavam em Aracaju e só voltavam ao Povoado depois de dois, três dias. Os produtos eram comercializados no mercado central de Aracaju e na praia de Atalaia onde se concentravam alguns bares e banhistas que consumiam os produtos do Mosqueiro. O momento correspondente ao tempo em que o acesso a cidade e comercialização dos pescados era complicado e custoso estão presentes na memória dos pescadores e marisqueiras de forma muito intensa:

⁶ O termo tarrafada se refere ao lance de rede da tarrafa, uma rede circular na forma mais ou menos de um funil, que é lançada da beira do rio ou mesmo da canoa e é puxada logo depois do lance, a intenção é arrastar os peixes que estiverem no caminho da rede na hora do lance.

⁷ O peixe muquiado é tratado e assado em brasa enrolado em palha de bananeira. É uma maneira de conservar o peixe por mais tempo sem precisar refrigerá-lo.

Minha mãe começou indo pra Aracaju, olha, meio de transporte quando minha começou a andar não tinha, ela saía daqui na sexta-feira com um cesto de peixe muquiado na cabeça, muquiado é um peixe tratado que você coloca como se fosse numa churrasqueira e deixa muquiar. Colocava na cabeça na sexta e voltaria na segunda porque ela passava quase três dias nessa viagem. (Pescador 76 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE)

Meus pais são tudo daqui e eles viviam tudo de pescaria, antes eles vendiam tudo em Aracaju, era peixe assado, era peixe muquiado, num tinha rodagem não ia pela praia, outros pegavam esse siri como agente tá pegando agora né, aí cozinhava e ia deixando quando tinha a praia de atalaia, aí vendia no oceano, chamava oceano, aí agente pegava, aí mamãe ia, ia sábado quando chegava era segunda de tanto caminhar, ela ia, ninguém esperasse ela chegar logo domingo, que a feira de lá era sábado e domingo. (Marisqueira, 59 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A partir dos relatos dos pescadores e marisqueiras é possível identificar as relações de gênero partindo das diferenças construídas na comunidade, tendo como base a divisão sexual do trabalho e a construção de papéis sociais colocados diferentemente para homens e para mulheres no mundo da pesca. Os homens são responsáveis por pescar no rio e no mar, por trazer o peixe, e as mulheres por preparar, muquiar o peixe e comercializá-lo no mercado de Aracaju. Dessa forma, quem fazia a caminhada de um ou dois dias era em sua maioria as mulheres. Apesar das mulheres pescarem de redinha na beira do rio, ou mesmo os homens catarem caranguejo, siri, aratu, ou mesmo alguns se responsabilizarem por parte da comercialização, é possível perceber que desde a captura dos pescados até a comercialização, as tarefas eram divididas a partir do sexo, sendo que algumas atividades não eram transpostas, como sair para o mar ou mesmo no rio de barco para pescar. A pescaria de alto-mar ou mesmo no rio em grupo se dava e ainda se dá como uma atividade de homem, as mulheres em sua maioria não saem no barco para pescar, saem na maré para catar mariscos. Observamos que na pesca em Mosqueiro, atividade extrativista regida pela natureza, há uma divisão sexual do trabalho, o que não inviabiliza as relações coletivas na comunidade, mas reflete os valores sociais que são reproduzidos na sociedade.

As dificuldades da venda do pescado só foram facilitados a partir da utilização

de um caminhão que passou a fazer o transporte do Povoado Mosqueiro a cidade de Aracaju. Este saía nas primeiras horas da manhã do povoado com as mulheres, os produtos a serem comercializados e quem mais necessitasse ir à capital. O caminhão também estava forçado a circular pela praia. O seu trajeto acompanhava o ritmo das marés, esperando a maré baixa para poder completa- lo, até o mercado consumidor e voltar até o Povoado. Na década de 1980, o Mosqueiro passa e ter acesso ao transporte público do sistema da Prefeitura Municipal de Aracaju, através das rodovias que foram pavimentadas e abertas nesta década. A presença desse caminhão no Povoado representou e representa para a comunidade grande importância, o que pode ser observado nos relatos, quase que em todos os depoimentos recolhidos nas entrevistas junto à comunidade pesqueira trazem o cotidiano e as dificuldades vividas nesse período pelo povoado:

Quando começou a andar de caminhão, aí os pecadores não tinha essa dificuldade de ir com o peixe pra cidade, já ia pegar na praia, saía andando daqui e ia pegar na praia. Aqui tá dividido entre o afluente do rio e a praia, o povo pegava botava o cesto na cabeça, esperava o caminhão e botava tudo no caminhão, peixe, coco, laranja, manga, o que tivesse. (Pescador 76 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Antigamente o povo dizia que ia andando pra Aracaju, quando eu cheguei aqui já ia de ônibus mais era estrada de chão, a estrada primeira que construíram foi a de dentro. (Pescador 69 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Agente saía daqui de jegue, cavalo pra ir pra praia, esperar a maré seca pra poder sair o carro, esse caminhão era de um rapaz chamado Odilon, aí o caminhão levava e trazia tudo dependendo da maré. Você tinha que esperar mais de seis horas, pra maré encher e secar de novo. Era tudo mato, mudou muito. (Pescador 63 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

As mudanças que aconteceram na década de 1980 representam mudanças também no modo de vida, já que com maior acessibilidade e facilidade de se deslocar até Aracaju, os pescadores e marisqueiras passaram a não precisar mais andar um dia inteiro pela praia carregando os pescados e frutas. Nos meados dessa é que se tem a abertura e pavimentação das rodovias José Sarney e dos Náufragos (Fig. 3 e 4), sendo a última a rodovia que passa por dentro do vários povoados e fica paralela a Rodovia José Sarney que margeia a praia e foi aberta logo em seguida.

Com essas vias de acesso o transporte público chega ao povoado Mosqueiro, permitindo assim então uma comunicação muito mais frequente com a capital Aracaju e fazendo com que as famílias pescadoras pudessem então usufruir de outros serviços oferecidos na capital.



Figura 3: Rodovia dos Náufragos
Sentido Aracaju/Mosqueiro (janeiro/2011).
(Autora: Shauane Itainhara).



Figura 4: Rodovia José Sarney
Sentido Aracajú/Mosqueiro (janeiro/2011).
(Autora: Shauane Itainhara)

Nessa década de 1980 as construções e serviços que chegavam ao Povoado, representavam um corte na organização da comunidade pesqueira e do Povoado Mosqueiro, já que essas vão servir de base para mudanças mais profundas posteriormente, apesar de como aponta um pescador antigo da comunidade, essas mudanças terem se dado em passos lentos:

Se evoluiu a passos de tartaruga, até porque o povo não viu logo essa coisa, o Mosqueiro era uma área indígena praticamente, não eram índios mas era como se fosse por conta da preservação que tinham, do flutuante até a orla, se chutava gaiamum, topava coelho na estrada, topava com pequenos jacarés, tenhuns, ave de pena tinha muito, essas coisas não existem mais, num é assim de um dia pra uma noite. Essa estrada de chão foi feita com jegue carregando a piçarra e o pessoal espalhando a terra as pás e as enxadas, não foi com trator. (Pescador, 66 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Diante desse contexto trazido pelos pescadores e marisqueiras, temos que as mudanças na infra-estrutura de comunicação do Povoado com a capital Aracaju acarretaram mudanças necessárias no sentido de facilitar a vida e dar a comunidade o acesso a serviços públicos. Mas também abriram caminhos para transformações que iriam e acarretaram mudanças no modo de vida da comunidade pesqueira e na dinâmica da natureza circundante, nesse sentido é que tentamos compreender como a atividade pesqueira artesanal praticada no Mosqueiro se mantém enquanto possibilidade de permanência e resistência na comunidade.

1.2- O saber fazer da pesca artesanal no Mosqueiro

A atividade pesqueira é uma mediação da relação homem/natureza que faz com que homem e natureza se produzam e reproduzam ao mesmo tempo. Entendemos que seja fundamental a compreensão de como se processa esta relação, e como os próprios pescadores a entendem, para que se possa ter uma visão global de como o lugar que corresponde ao Povoado Mosqueiro vem sendo modelado por esta atividade frente à perspectiva de resistência da produção da pesca artesanal, como nos traz Moura (2007):

A permanência ainda forte da relação homem-natureza é marcada na vida cotidiana dos pequenos produtores, pescadores e marisqueiros. A relação natureza-sociedade quotidianamente vivenciada expressa as possibilidades do uso e da realização do trabalho como forma de assegurar a reprodução de condição de vida, ou através do trabalho, ou através de mercadorias em dinheiro para adquirir outras mercadorias necessárias à satisfação das necessidades. (MOURA, 2007, p. 157)

A atividade pesqueira no Mosqueiro em sua forma artesanal se caracteriza pelo seu baixo poder predatório, e se mantém como trabalho familiar e de vizinhança, de modo que na comunidade há uma interação dos pescadores que se ajudam e organizam-se entre si. Essa forma de se organizar e relacionar-se para exercer a atividade pesqueira, se apresenta como forma de resistência as dificuldades impostas, já que os pescadores e marisqueiras para entrarem no mar, no rio ou no mangue na maioria das vezes o fazem em grupo ou em dupla. O que se dá tanto

pela necessidade de manejar o barco e os instrumentos de pesca, no caso do rio e do mar; e no caso das marisqueiras no mangue, para que não se torne tão cansativo passar o dia na maré, já que como elas mesmas afirmam “quando se tem alguém pra conversar o tempo passa mais rápido”. A necessidade de pescar e catar mariscos em grupo fica expresso nos próprios relatos de quem sai pra pescar:

Eu comecei com tarrafa, pesquei uns 15 anos de tarrafa com outro companheiro, ia na canoa, geralmente é uma dupla, hoje tem pescador pescando sozinho, mas se ele for sozinho se não traz a mesma quantidade, porque ele perde tempo, porque ele vai ter que botar o Barco na posição e jogar a rede com dois enquanto um ajeta o barco o outro ta jogando a rede. (Pescador, 66 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A gente fica se divertindo, conversando com um e com outro ai pega muito siri assim, se o tempo que você tiver lá num entrar um no jereré ai a gente vai embora. (Marisqueira, 47anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Se não tiver ninguém vai sozinha, e só a pessoa e o popeiro, agora se tiver mais gente vai depende de quantas pessoas a canoa couber. Mas é bom você ir com, mas gente, porque é pegando e conversando, não é bom ir sozinha não. (Marisqueira, 30 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

No rio a gente pesca com outros colegas. (Pescador 41 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Quando tá sem nada ajuda dos irmãos, da mãe quem tiver mãe, se os irmãos tiver tudo de mal passa mal, porque tá tudo de mal não vai pedir né? Se tiver de bem é mãe e irmão, é um ajudando o outro, com o pouco que tem um ajuda o outro, quando não tem ai a coisa fica preta, mas depois melhora (Marisqueira, 47anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE)

Se até meados da década de 1980 a comunidade pesqueira tinha dificuldade de comercialização e deslocamento pelo isolamento da capital Aracaju, devido à falta de infra-estrutura que permitisse esse transporte, com a abertura e pavimentação das rodovias, Náufragos em 1980 e a José Sarney em 1986, que passou a ligar o povoado a capital, o Mosqueiro vai sendo transformado. O espaço ocupado pelas fazendas de coco e as comunidades pesqueiras passa a ser ocupado pela construção de casas de veraneio e, posteriormente se transforma em área de expansão urbana da grande Aracaju. Podemos afirmar que foi a partir desta década que as transformações sócio-espaciais se acentuaram com a abertura de estradas, conseqüentemente com a valorização do uso do solo, expansão da malha urbana e

desenvolvimento do turismo de segunda residência. Fatores que implicam mudanças na produção do espaço, já que o turismo, acompanhado de uma urbanização muito rápida e uma intensa especulação imobiliária tem imposto mudanças no modo de vida dessa comunidade pesqueira.

Tais transformações, segundo os pescadores e marisqueiras entrevistados, trouxeram melhorias para a comunidade, como a facilidade de transporte e o acesso a serviços como saúde e educação que são oferecidos em Aracaju. Porém, à pesca viu-se gravemente afetada registrando uma forte diminuição das capturas devido aos altos índices de poluição do mangue e estuário, causados pelo lixo e esgoto não tratado que são jogados nesses ambientes, além dos arrastões de camarão, que contribuíram para a diminuição dos alevinos⁸, peixes que garantem a reprodução dos pescados no rio e no mar. Para alguns pescadores entrevistados a diminuição dos peixes, decorre dos impactos ambientais causados por um “desenvolvimento” que tais empreendimentos trouxeram para o Mosqueiro. Os pescadores declaram nem ver nem usufruir dos seus “lucros”, muito pelo contrário, denunciam as negatividades de tais práticas as quais minimizam as possibilidades de se manterem, enquanto pescadores:

Dificuldade é encontrar o peixe, agora com tanta lancha que têm, ficou tudo difícil, não respeita mais agente, rasga a rede da gente. Antes era muito diferente, era muito peixe e pouca gente, tinha mais pescadores. (Pescador 63 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE)

Antigamente tudo era bom, a fartura tava aí. De uns tempos pra cá foi diminuindo, diminuindo e ainda hoje tá caindo muito. Hoje agente vai pescar passa o dia todo pesca 3, 4, kg, e o melhor mesmo é o caranguejo. De 2001 pra trás tinha muito caranguejo, depois daquela mortidão, fiz até entrevista pra o canal 4. (Pescador, 59 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE)

É possível fazer uma leitura do que é o trabalho da pesca artesanal, que satisfaz as necessidades vitais e básicas, de modo que, os pescadores artesanais do Mosqueiro, em sua grande maioria pescam para o auto-consumo. Antes de tudo,

⁸ Alevinos são peixes que saíram da fase de larva e por isso passam a se alimentar no ambiente externo, por estarem em fase de desenvolvimento são bastante sensíveis, e por isso devem encontrar o ambiente adequado para que se garanta a reposição natural dos peixes, no rio e no mar.

pescam para alimentar às suas famílias. O pescado é comercializado com o objetivo de conseguir uma renda para garantir as suas condições de existência e permitir o acesso aos bens de consumo básicos, como colocam os próprios pescadores:

O que a gente ganha é conforme a maré, mas ganha besteira porque tira o pra comer e vende o resto pra comprar outra coisa, não pega muito peixe não. (Marisqueira, 66 anos, residente no Povoado Mosqueiro- Aracaju/SE).

Aqui pescam pra comer e pra vender também. Eu tenho quatro filhos e os quatros se criaram da pesca... (Pescador, 59 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Segundo os pescadores há algumas décadas era possível pescar em grandes quantidades e viver somente da pesca e catado de mariscos, o que hoje se torna muito mais difícil, já que a quantidade de pescados dá somente para alimentar as famílias e minimamente para comercializar. Sendo assim muitos pescadores e marisqueiras são obrigados a terem outras fontes de renda, nas falas eles relatam a diminuição dos pescados ao longo do tempo:

Agente pesca só pra comer, pra vender não dá não é muito pouco, tem mais gente do que peixe, só pra o consumo mesmo. (Pescador, 61 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A pescaria cada vez pior, porque a nossa barra agora secou, pra pescar fora é difícil. (Pescador, 41 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Antes era bom né? Tinha muito peixe, mas agora a população cresceu e os peixes tão fugindo já. (Pescador, 63 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Hoje tem muito pescador antes tinha menos. O Caranguejo falhou antes tinha a vontade. (Pescador, 72 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Fui nascido e criado aqui, meu pai trabalhava ai quando eu tinha 13 vivi da maré pescando, antigamente tudo era bom, a fartura tava ai. De uns tempos pra cá foi diminuindo, diminuindo e ainda hoje tá caindo muito. (Pescador, 59 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Em 2001, segundo relatos dos próprios pescadores e marisqueiras, houve uma grande mortandade de caranguejos, os que não morriam ficavam impróprios para o consumo, pois quando abertos tinham uma coloração diferenciada, e a comunidade tinha medo de consumir. Essa mortandade acredita alguns pescadores, teria se dado por conta de um produto usado na atividade de carcinicultura⁹. Porém, segundo relatos dos pescadores e marisqueiras o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) nunca deu nenhuma explicação para a morte dos caranguejos, apesar de alguns pesquisadores terem visitado o local e colhido amostras, a comunidade nunca foi informada ou comunicada do que causou esta mortandade. Segundo representante do IBAMA, na verdade essa mortandade de caranguejos começou em 1997 quando já se apresentava uma queda da produção de caranguejos em Sergipe, o que veio a se acentuar em 2003. Quando o então governo autorizou um estudo em convênio com uma ONG a GIA (Grupo de Interesse Ambiental), que fez um estudo sobre essa mortandade que vinha se dando no Nordeste quase que como um todo, tendo-se os primeiros registros no Rio Grande do Norte e seguindo até a Bahia. Esse estudo foi publicado na, Revista do GIA em agosto de 2006, e identificou a doença do caranguejo letárgico, causada por fungo, como responsável pela mortandade do Caranguejo Uçá (Figura 5).

⁹ Carcinicultura consiste na criação de camarões em viveiros, o que demanda a criação de piscinas artificiais que por consequência retira a vegetação natural da área e tem impactos ambientais tanto na fauna como na flora por conta também do uso de produtos químicos.



Figura 5: Caranguejo Uçá, apanhado por marisqueiras no Povoado Mosqueiro.
Fonte: Trabalho de campo no Povoado Mosqueiro Aracaju/SE, janeiro/2011.
Autora: Shauane Itainhara.

O Estado omitiu-se de dar um retorno à comunidade do Mosqueiro que vive da pesca e do catado de caranguejos. Apesar dos estudos feitos, não conseguiram esclarecer até hoje a comunidade pesqueira o acontecido, e esta não sabe explicar o que foi que levou a morte dos caranguejos. Essa situação mostra o abismo entre a comunidade pesqueira do Mosqueiro e o Estado ausente e omissor. Com a diminuição dos peixes, resultado da poluição do mangue, da pesca indiscriminada que conseqüentemente leva a diminuição dos alevinos e a mortandade dos caranguejos, viver da pesca fica ainda mais difícil já que o caranguejo que possui um custo mais alto no mercado e é uma fonte de renda essencial para a comunidade diminuiu consideravelmente no Povoado.

Areladas aos processos que diminuíram radicalmente as capturas na área do Rio Vaza-Barris, utilizada pela comunidade do Mosqueiro, a partir da década de 1980, e devido ao cenário de urbanização e os processos que o acompanham, se definem novas necessidades e relações na área que onde a comunidade pesqueira vive. A pesca artesanal não é mais suficiente para o sustento da família, já que há novas necessidades de consumo e acesso a mercadorias e serviços que lhes permitam uma melhor qualidade de vida, outro agravante é a realidade ambiental

dos estuários dos rios que não fornecem uma produção suficiente, o que abre caminho para pesca industrial e de alto-mar que com embarcações adequadas, tecnologia e mão - de obra consegue uma grande quantidade de pescados para abastecer os mercados. Os pescadores artesanais nem sempre conseguem concorrer com esse tipo de indústria. Os depoimentos dos homens e mulheres que vivem da pesca no Mosqueiro demonstram angústia com esta situação:

É tudo pedra agora, o rico chega ai e joga pedra, pra viver de pesca é difícil hoje, é muito pescador e pouco peixe. Continua saindo pro mar porque a vida é essa mesmo. (Pescador, 63 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Aqui mudou tudo pra pior, caranguejo não tem mais, só alguns caranguejos que o pescador pega, porque depois desse negócio que matou os caranguejos todos, quem era de caranguejo passou pra camarão, quem não tirava os caranguejos o pessoal passou pra camarão né, que é mariscada que é marisqueira, e ai agente fica assim (Marisqueira, 59 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A angústia expressa nos depoimentos destes pescadores é devido à privatização de uma área que antes era de acesso da comunidade, e hoje se encontra ocupada por mansões e “pedras” que destroem a margem natural do rio como mostra a Figura 6, junto a isso se soma a diminuição dos pescados, que faz com que esses pescadores e marisqueiras tenham que viver com o que resta na maré.

Determinar com certeza ao que se deve a diminuição dos pescados só seria possível com um estudo mais profundo de impacto ambiental, mas é possível afirmar a pressão do desenvolvimento capitalista na medida em que a lógica desse sistema é de reprodução/ampliação do capital, aonde a produção de mercadorias e a reprodução de relações de consumo vão de encontro a um modelo de sociedade que realmente possa viver de maneira sustentável com a natureza, já que para isso seria necessária uma sociedade baseada nas necessidades reais de vida e não de acumulação do capital.

Conceição (2004) ao fazer a crítica ao discurso do desenvolvimento sustentável nos coloca diante de sua insustentabilidade frente à reprodução do

capital. Já que para se reproduzir o capital tem uma necessidade intrínseca de se expandir de modo que a lógica de consumo e de destruição da natureza justificada por necessidades criadas pelo próprio sistema capitalista vão de encontro a qualquer lógica de sustentabilidade. O que nos faz afirmar que enquanto o valor- de- troca e o lucro forem base do modo de produção ao qual nos submetemos e alimentamos, não há sustentabilidade possível frente à ampliação/reprodução do capital, por isso a autora nos chama atenção para os discursos de sustentabilidade que se pautam na questão ambiental e encobrem a perspectiva de totalidade e questão de classe que realmente está posta nesse debate.



Figura 6: Mansões impedem o acesso e privatizam grande extensão da margem esquerda do Rio Vaza- Barris.

Fonte: Trabalho de campo no Povoado Mosqueiro Aracaju/SE, janeiro/2011.

Autora: Shauane Itainhara.

Essa não sustentabilidade implica diretamente na destruição da natureza, e no caso do Povoado a experiência dos pescadores nos ajuda a compreender como o modelo de desenvolvimento imposto ao Mosqueiro, privilegia o uso e o abuso do espaço pelos empreendimentos imobiliários e turísticos e permite a acumulação de capital a partir do consumo da paisagem e do aumento do preço do solo, em detrimento das formas de vida e comunidades historicamente em equilíbrio com a natureza circundante, causando danos à natureza e ao Povoado, área de estuário e mangue que por si só já tem uma grande fragilidade e importância no que se refere

à reprodução de espécies marinhas e lacustres.

Nesse cenário de diminuição de pescados e a impossibilidade para alguns de viver somente da pesca, é que se torna necessário também compreender como o capital estabelece sua reprodução e ampliação no Povoado. Vivendo diariamente no cotidiano da sua comunidade, os pescadores do Mosqueiro, devido à proximidade do centro da cidade, nos últimos dez anos têm sido afetados por mudanças estruturais, diante da expansão urbana e inseridos na lógica de reprodução do capital. O Povoado tem sofrido constantes intervenções, sendo cada vez mais intensa a articulação com o centro da cidade de Aracaju no seu processo de constituição urbana.

1.3- O urbano como processo vetorizador do capital no Povoado Mosqueiro.

A comunidade pesqueira do Mosqueiro anteriormente marcada pelo predomínio de famílias pescadoras, com uma paisagem visível há trinta anos pelo domínio de casas de palha, onde o ritmo do tempo do habitat era produzido pelo domínio das atividades proporcionadas pelo rio Vaza Barris. Nas últimas três décadas, com mais intensidade a partir da década de 1990, tem tido uma perda acelerada dos usos e costumes da sua ruralidade. É preciso compreender como no Povoado vem se dando o processo de urbanização nos moldes da expansão do capital. E como este e seus processos vetorizadores, transformam e produzem o espaço do Mosqueiro, ao mesmo tempo em que pressionam e vão de encontro ao modo de vida da comunidade pesqueira.

A leitura de Lefebvre (2004) nos ajuda a refletir profundamente o processo de urbanização, quando esse, nos aponta o urbano e a cidade como central na reprodução do capital, sendo assim uma tendência da sociedade como um todo. É importante deixar claro, que apesar de entender a urbanização como um processo universalizante, Lefebvre (2004) não ignora as atividades ligadas à agricultura ou ao extrativismo como é o caso da atividade pesqueira, e aponta as discontinuidades como leitura então desses espaços que fazem parte do sistema desigual e contraditório sobre bases capitalistas.

Para este autor a cidade torna-se central nas relações de produção, à medida que as relações se invertem, e a cidade em vez do campo passa a ser o lugar da produção. Os trabalhadores passam a trabalhar nas cidades como mão- de- obra barata e desta forma as indústrias se aproximam da cidade. Mesmo as atividades ligadas ao campo representando a base da reprodução da vida como diz o autor, por ser no campo que se produz tanto os alimentos quanto a matéria- prima para a própria indústria.

O caso do Povoado Mosqueiro reflete bem essa dependência, onde o produto da atividade pesqueira e do catado de mariscos tinha como destino após o consumo das famílias pescadoras, a comercialização no mercado de Aracaju. E mesmo hoje onde a maioria dos pescadores e marisqueiras não necessitam sair do Povoado para comercializar seus pescados já que os atravessadores e peixarias fazem esse papel, o destino final do produto são os bares e mercados de Aracaju, o que mostra a importância dessa comunidade no abastecimento do mercado de pescados. Nesse sentido a cidade se mantém como lócus da produção o lugar de troca das mercadorias e de apropriação de mais- valia.

Lefebvre (2004) questiona ainda, como se dá nesse processo de inversão das relações, a junção da segunda natureza, a cidade, e da natureza espontânea. A cidade que garante agora nas suas construções artificiais, os jardins, os espaços verdes. O autor ao fazer seus questionamentos tem razão ao afirmar que não existe cidade sem esses espaços artificiais que representam a natureza, e nos voltando aqui para a realidade do Povoado Mosqueiro, além desses espaços artificiais, há o movimento de preservação.

Desde a década de 1990, esses espaços verdes se convertem na forma de áreas de preservação como resultado de lutas dos movimentos ambientalistas e a partir de políticas preservacionistas. Junto a isso a sociedade é envolvida na ideologia da apropriação dessa natureza “espontânea” como mercadoria a ser vista, e experimentada, vivenciada como pequenos espaços raros que ainda se preservam em seu estado natural.

Nessa perspectiva então se encontra o Povoado, onde os lotes, os condomínios fechados de casa, as mansões a beira do rio, a especulação imobiliária se apropriam dessa natureza como objeto que valoriza o espaço, que proporciona a volta à natureza, o lazer, o bom viver. E juntamente o turismo, como política garantida pelo Estado, que vende a paisagem, e garante também a valorização do espaço, do Povoado.

Os dois vetores que mais fortemente impulsionam o processo de urbanização no Mosqueiro são a especulação imobiliária e o turismo. Sendo que no Povoado, o processo de urbanização e o modo de vida urbano são concomitantes com o modo de vida construído a partir da pesca- artesanal, que apesar de incorporar muitas das necessidades e facilidades impostas por esse modo de vida urbano, também resistem mesmo que sem consciência política, todos os dias com as relações de vizinhança, a relação direta com a natureza, o valor- de- uso como base da atividade pesqueira e a coletividade.

Nesse sentido nas palavras de Lefebvre (2004) a comunidade pesqueira seria um campo de força contrária ao modo de vida urbana, construída através de relações impostas pela necessidade da reprodução do capital, constituindo um ponto de conflito, um campo cego dentro das teorias e práticas sociais, com desigualdades de desenvolvimento. E aí cabe aos esforços desta pesquisa enxergar qual o papel desses campos cegos frente à reprodução social.

A era do urbano, segundo o mesmo autor constitui um espaço- tempo renovado, “cada lugar e cada momento não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam a outros lugares e momentos distinguindo- o” (p.45). Para o autor nesse momento as diferenças são reconhecidas assim como seus significados, o espaço urbano então como contradição concreta conduz a uma análise dialética de suas contradições. E o campo cego, a cegueira se estabelecerá justamente em não ver essa contradição, suas formas e seu movimento.

Por isso se faz necessário entender o movimento- modo de vida que vai de encontro à lógica do capital- da comunidade pesqueira do Mosqueiro, frente à territorialização do capital de forma tão intensa, através do processo de urbanização que se pauta na valorização do solo e no consumo da paisagem e refletir como

esses pescadores e marisqueiras mantêm seu modo de vida mesmo com a pressão do modo de vida urbano. Assim como entender o papel do Estado nesse movimento, no aprofundamento dessas contradições e na produção do espaço do Povoado Mosqueiro que constitui um espaço de desigualdade e de diferentes modos de vida e formas de apropriação e reprodução da natureza e do capital.

Já para Castells (2009), a ideologia do urbano é universalizante à medida que homogeneíza processos que em si são diferenciados. Nessa perspectiva homogeneizante o desenvolvimento desigual desapareceria frente as teorias evolucionistas de desenvolvimento. Por isso a necessidade de a cada momento histórico repensar os conceitos, pois os mesmos vêm imbricados de ideologia, que reproduza as idéias dominantes. Para Castells é preciso “definir elementos e formalizar suas estruturas, mas detectar as leis históricas em ação nas contradições e práticas ditas urbanas” (2009, p. 549). Para este autor pensar e discutir a cidade implica em discutir o capital, o que não significa que a cidade seja apenas lugar de consumo, já que a mesma exprime a sociedade em suas diferentes práticas e funções.

Pensar então no Povoado Mosqueiro dentro do contexto da cidade no que diz respeito ao urbano, é pensar nessas diferentes práticas e funções, já que o mesmo vem sendo moldado pelos processos de urbanização mediados pelo Estado. Nesse caminho o Mosqueiro vem a se tornar mais um lugar homogêneo da cidade em suas funções de subserviência a reprodução do capital ao mesmo tempo em que, a partir da comunidade pesqueira se tem justamente uma prática social histórica diferenciada, que é o modo de vida baseado em uma atividade extrativista artesanal baseado em uma sociabilidade diferente da do capital.

Ao se falar de atividade extrativista e de um modo de vida diferenciado do posto pelo capital ou do urbano com toda a carga ideológica que este termo carrega, nos vem à idéia de uma comunidade pesqueira ligada a ruralidade, a um modo de vida do campo, ligado a natureza. A dicotomia rural versus urbano se estabelece, por isso, Castells (2009) afirma que é necessário superar essa dualidade já que para ele na fase monopolista do capital os espaços estão ligados, interpenetrados dentro de um desenvolvimento desigual necessário ao capital. Para Castells (2009) trata-se da dialética do desenvolvimento desigual e por estarem estes espaços

interpenetrados não significa uma superação das contradições como o autor mesmo coloca:

Quando se fala de “urbanização do campo” (por meio do turismo em particular) ou de “ruralização das cidades” (a extensão dos subúrbios residenciais de habitações coletivas), têm-se sintomas de uma inadequação da problemática que se coloca explicitamente no interior mesmo da ideologia. Isto dito, uma tal imbricação não significa o fim das contradições sociais expressas através e pela mediações das formas espaciais, mas unicamente a não redutibilidade a uma oposição dicotômica entre as cidades e os campos como contradição principal. (Pág. 558-559.).

Ainda segundo este autor, é preciso compreender como se dá o processo de consumo e suas apropriações pelas classes sociais. Processo esse que está ligado à reprodução da força de trabalho, dos meios de produção e das relações sociais correspondentes ao modo de produção já que, o capital monopolista, precisa se expandir de forma a aumentar a produtividade e o nível de consumo dos países em nível mundial. Assim investimentos são feitos em novos setores e o Estado aparece como arranjador de uma política urbana que favorece a reprodução desse capital.

Por isso, para Castells (2009) o Estado acaba se encarregado dos meios de consumo coletivo que correspondem aos vazios deixados pelo capital, mais necessários a reprodução da força de trabalho e conseqüentemente de mais- valia. O ordenamento do território é assim uma das formas que garantem a reprodução das relações sociais necessárias ao capital que passa então a fazer parte de uma política urbanística, que tem o Estado como arranjador da vida cotidiana.

Estado este que através de políticas de governo vem priorizando no Povoado Mosqueiro à expansão do turismo e valorização do espaço através da especulação imobiliária. As comunidades pesqueiras fazem parte das “novas” políticas e pautas que vem sendo iniciadas com a nova Lei de pesca sancionada em 2010. Segundo o superintendente da secretária de pesca do Estado de Sergipe, em conversa realizada em abril de 2011, a maior atenção dada pelo Governo Federal para as políticas que atingem a pesca, acabou refletindo nos estados, e houve um desmembramento da Secretária do Estado e Sergipe destinada à pesca do Ministério da agricultura a qual era ligada. Com isso as pautas referentes à atividade

pesqueira no estado ganharam mais visibilidade e recursos próprios, destinados a atividade pesqueira, de forma a possibilitar que ações concretas sejam efetivadas.

Segundo o superintendente, a Secretária já encomendou através de empresas terceirizadas, estudos sobre as comunidades pesqueiras inclusive a do Mosqueiro. Esses estudos, que assim que ficarem prontos estarão disponíveis, consistem em dados que irão ajudar a identificar as demandas de cada comunidade para que possam ser feitas ações direcionadas a cada necessidade específica. Ainda segundo ele, as comunidades que possuem Associações ou Colônia de pescadores e conseguem fazer a mediação das necessidades da comunidade com a Secretaria de pesca, serão as primeiras a receberem benefícios já que geralmente conseguem reunir os interesses da comunidade através de espaços coletivos. O que não é o caso do Mosqueiro, esse seria um dos fatores para a comunidade ainda não ter sido diretamente beneficiada por recursos que ajudem na produção e comercialização dos pescados.

Apesar das políticas direcionadas que acompanham a criação do Ministério de pesca a nível federal e as Secretarias Estaduais de pesca ser um avanço, a rigor não se tem a garantia que as comunidades pesqueiras artesanais sejam prioridade. Já que dentro de uma política que organiza o espaço para o capital se expandir, ao mesmo tempo em que se tem uma política de incentivo a atividade pesqueira-artesanal tem-se uma política do Estado que prioriza o avanço do capital. Isso se dá através de toda uma estrutura que possibilita o aumento da especulação imobiliária e do turismo de mercado. Além disso, há uma falta de fiscalização nas áreas de proteção ambiental, o que é essencial para a manutenção da atividade pesqueira que depende da reprodução das espécies marinhas e por consequência da preservação dos ambientes onde estas se reproduzem, área de estuário, mangues e zona costeira. Na compreensão que o Estado funciona como instrumento do capital, o que temos são políticas propositadamente não articuladas, de forma que o interesse do capital prevalece.

Ainda dentro da discussão do urbano Carlos (2007), afirma que as relações sociais se concretizam no espaço, logo refletir a cidade é refletir a partir das práticas sócio-espaciais, “cidade como sentido da vida humana, em todas as suas dimensões, – de um lado, enquanto acumulação de tempos, e de outro,

possibilidade sempre renovada de realização da vida.” (Carlos, 2007, p.11) Possibilidade essa que para Carlos (2007) significa outro futuro possível, outra cidade possível, uma possibilidade que não condena a cidade aos ditames do capital e do Estado. Carlos nos mostra a cidade como construção humana, portanto condicionada ao trabalho materializado e acumulado dentro das relações entre sociedade e natureza, relação essa que leva a prática sócio- espacial, de forma que não há sociedade sem a condição de produzir espaço.

Carlos (2007) partilhando da leitura de Lefebvre e Castells aponta, o urbano como uma tendência da sociedade, um processo que universaliza a prática sócio-espacial, o que não significa dizer que as estruturas que não correspondem a essa tendência desapareçam. Lefebvre chama essas estruturas de descontinuidades, e Castells nos chama atenção para as diferentes práticas e funções da cidade onde o homogêneo não se estabelece. Para Carlos (2007) esses espaços de contradições e conflito podem ser lidos como persistências, o que resiste e se reafirma continuamente enquanto referencial da vida (p.21).

Trazendo essas leituras para a especificidade do Mosqueiro e fazendo uma reflexão a partir do que Carlos (2007) nos aponta, o Povoado Mosqueiro, área de expansão da cidade é conseqüentemente alvo de políticas que garantem a expansão do processo de urbanização, e infelizmente não nos moldes de outra cidade possível, onde o capital não esteja posto como base do modo de produção, como nos coloca Carlos (2007). Nesse contexto a comunidade pesqueira então representaria a persistência, pois, ela permanece, resiste e se reafirma enquanto comunidade pesqueira que vive de sua atividade extrativista artesanal. Criando identidade a partir dessa mesma atividade e um modo de vida que se estabelece a partir da pesca e vai de encontro ao modo de vida imposto pela racionalidade da sociedade urbana, determinada pelas relações sociais produzidas dentro do modo de produção capitalista.

Carlos (2007) ainda nos chama atenção, para o processo de reprodução do espaço, como esse representa um conjunto de práticas sócio- espaciais em todas as esferas, e não somente no sentido das relações de produção de determinado modo de produção. Assim as relações de vida se estabelecem de forma que uma leitura e

entendimento do espaço não podem ser feitos fora de uma totalidade. Os sujeitos sociais para Carlos produzindo espaço e reproduzindo sua própria vida, o fazem num determinado tempo, portanto também é indissociável a relação espaço- tempo.

Nessa perspectiva se tem a produção da própria cidade que acumula tempos históricos, formas, modos de vida, e com a necessidade de se produzir novos espaços se tem o conflito. Já que o mundo da mercadoria se estabelece a partir da imposição de modelos de vida, de forma a ir de encontro às especificidades de cada lugar, que é o que acontece com a comunidade pesqueira do Mosqueiro. O modelo de desenvolvimento do Povoado pensado pelo Estado, na verdade impõe um modelo de urbanização que não respeita as especificidades da comunidade que historicamente produziu o que chamamos de Mosqueiro enquanto espaço de reprodução da atividade pesqueira artesanal. O espaço que para os pescadores e marisqueiras é espaço de vida, se torna o espaço vendido como mercadoria.

Carlos (2007) também nos aponta uma contradição latente e importante no processo de reprodução do espaço, que são as necessidades de reprodução do capital, diferente das necessidades de reprodução da vida. O que representa um conflito com a sociedade, já que a mesma se reproduz a partir do modo de produção capitalista numa esfera mundial. É o que Carlos (2007) nos chama atenção, o processo de mundialização. Processo esse que se materializa na concretude do lugar, a reprodução do capital se concretiza a partir do cotidiano, transformando tudo em mercadoria, mediando e definindo as relações, como a própria autora nos coloca:

Nesta condição, o espaço se encontra, cada vez mais, dominado pela troca, na medida em que áreas antes desocupadas entram no circuito da troca ocupadas por novas indústrias como a do turismo e lazer. Neste processo, a cidade transforma-se no espetáculo do consumo... (Fani, 2007, Pág.51).

A reflexão de Carlos (2007) vai à direção do processo de mercadorização do espaço urbano, que redefine relações, produz espaço, produzindo não o urbano das possibilidades, mas o urbano do capital, assim o que é valor de uso passa imediatamente a produzir valor de troca. Pensar a especificidade do Mosqueiro dentro dessa discussão é necessário já que este passa por um processo de

urbanização que vem se dando rapidamente. Em menos de trinta anos, a área que corresponde ao Povoado Mosqueiro recebeu toda uma estrutura urbana, se tornando zona de expansão da cidade.

A comunidade pesqueira do Mosqueiro em meio a esse processo de urbanização é pressionada pelo ritmo e tempo do capital expressos no modelo de urbanização do sistema capitalista, assim como pelos valores e relações que permeiam essas relações dentro do urbano. A comunidade pesqueira do Mosqueiro nesse sentido passa a ser, usando um termo de Lefebvre, um campo cego, aonde antes os pescadores e marisqueiras eram os protagonistas da produção do espaço que corresponde ao Povoado, e agora são espremidos pela lógica capitalista. De forma que o valor- de- troca subjuga o valor- de- uso que é base da relação que a comunidade estabelece com a natureza a partir da pesca. Esse campo cego que a comunidade representa por manter um modo de vida que nega os valores da lógica de reprodução capitalista dentro do modo de vida urbano, nos faz pensar em resistência mesmo compreendendo que a comunidade está inserida na lógica de reprodução do capital, só que não por completo.

1.4- A pressão urbana e a “vocação” para o turismo no Povoado Mosqueiro.

O Povoado Mosqueiro enquanto território da comunidade pesqueira a qual pesquisamos, é lugar de materialização da reprodução do capital a partir da dominação do Estado que garante a valorização do espaço como mercadoria através dos processos de especulação imobiliária e turismo. O Povoado faz parte da área de expansão da capital Aracaju como já foi colocado anteriormente, em outras palavras, área a ser vendida e consumida. O que nos põe aqui diante da necessidade de analisar como a zona de expansão é usada como um território de interesse do Estado, e como a comunidade pesqueira do Mosqueiro vem sendo atingida e se transformando diante desse cenário.

Para Vilar (2010), o processo de urbanização que acompanha de forma acentuada as áreas litorâneas do Brasil, também se faz presente em Sergipe, especialmente no litoral Sul do estado onde se situa o Povoado Mosqueiro. Esse

processo segundo o autor ainda se acentua com a construção de pontes sobre rios estratégicos do estado de Sergipe já que consiste em uma melhor malha viária que facilita transporte e deslocamento de materiais e população. No caso da Zona de Expansão a Ponte Joel Silveira (Fig.7), que Liga o Povoado Mosqueiro ao município de Itaporanga d' Ajuda. As transformações postas por esse processo de urbanização é sentida pela comunidade, os pescadores entrevistados durante nossa pesquisa apontam as mudanças que acompanham o “progresso” e a urbanização do Mosqueiro:

Aqui mudou muito, o Mosqueiro hoje tem mais gente de fora do que aqui do lugar, o Mosqueiro hoje ta num valor medonho, aqui pra praia só tem barão, só tem rico, o Mosqueiro agora ta muito valorizado... Há uns vinte anos atrás, agente dormia aqui com a porta aberta, hoje em dia é muito difícil, eu deixo o motorzinho ali trancado, mas eu durmo assustado. (Pescador, 59 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A primeira mudança aqui é essa ponte, é uma mudança muito grande, essa orla também mudou demais, mudou as vezes pra pior e as vezes pra melhor, por que os ladrões tão chegando. A paz acabou. (Pescador 63 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).



Figura 7: Ponte Joel Silveira sobre o Rio Vaza- Barris, inaugurada em março de 2010.

Fonte: Trabalho de campo no Povoado Mosqueiro Aracaju/SE, janeiro/2011.

Autora: Shauane Itainhara.

O processo de valorização do espaço no Mosqueiro através de uma infraestrutura urbana, turística que propicia a especulação imobiliária é reflexo de como o poder estatal tem interferido no Povoado, através de ações que visam o interesse do capital e conseqüentemente a expulsão da população pobre. A área que corresponde ao Mosqueiro segundo a própria Secretaria de Planejamento, desde 1982, enquadra como uma área de expansão da cidade, por ser uma área de grandes vazios urbanos já que durante muito tempo o Mosqueiro se caracterizava apenas pela comunidade pesqueira e pela concentração de terras na forma de fazendas, chácaras e sítios de coco.

Para compreender melhor o contexto da área onde o Povoado Mosqueiro se insere, é preciso situar a Zona de Expansão na cidade de Aracaju. Segundo Vilar (2010), Aracaju seria um pólo centralizador do estado já que concentra serviços, além do que toda malha viária do estado converge para a capital no que tange as suas principais rodovias e estradas. No que se refere ao modelado da cidade, o autor nos coloca as diferentes paisagens de Aracaju, composta por morros, planície litorânea, rios, estuário, mangue e vegetação, que especialmente na área de expansão apresenta alta qualidade se comparado ao resto da cidade. Segundo Vilar (2010) a Zona de Expansão se apresenta então como uma área de ambientes frágeis já que é basicamente composta por campos de dunas, lagoas, cordões litorâneos, terraços, restingas e estuário.

Diante da fragilidade ambiental deste setor do município, Vilar (2010) nos apresenta algumas contradições postas pelas políticas escolhidas para a Zona de Expansão. Para o autor a trajetória da cidade de Aracaju é marcada por aterros, já que a componente água tem uma grande influência na paisagem da cidade, que é margeada por rios, composta por mangues, e um lençol freático muito baixo que induz a ocorrência de córregos, riachos, lagoas e brejos. Visto este cenário, na direção da foz do Rio Vaza- Barris, onde a comunidade pesqueira do Mosqueiro se encontra, há um sistema de dunas (Fig.8), mais preservado inclusive na linha de costa. Onde deveria haver um controle de ocupação humana, é justamente onde se situam os condomínios de casas que compõe o processo de especulação imobiliária da Zona de Expansão.



Figura 8: Sistema de Dunas situadas no Povoado Mosqueiro, de frente a linha de costa.
Fonte: Trabalho de campo no Povoado Mosqueiro Aracaju/SE, janeiro/2011.
Autora: Shauane Itainhara.

Vilar (2010) apresenta ainda como vem se dando o processo de adensamento populacional de Aracaju na área de expansão onde o crescimento demográfico se encontra acima da média do resto da cidade, consequência do aumento do número de domicílios individuais, da melhoria das vias de transporte que dão acesso à área, e segundo o autor com a Ponte Joel Silveira, inaugurada no começo de 2010 esse processo só tende a se acentuar. Para o autor há então um conflito de uso do solo já que historicamente o Povoado se caracteriza pelo atividade pesqueira e pela produção de coco, além dos limites ecológicos necessários na área, onde a acentuação de processos que compõe o cenário de urbanização se impõe através da especulação imobiliária e turismo.

O Mosqueiro como área de expansão de Aracaju é apontado como zona de interesse turístico já que está entre a praia, estuário, mangue, área de preservação ambiental, além da presença de dunas, e do fato de grande parte do Povoado ser formado por lagoas (Fig.9) que durante o inverno, época de chuvas, muda a paisagem.



Figura 9: Coqueiros e lagoas que compõe a paisagem do Povoado Mosqueiro.
Fonte: Trabalho de campo no Povoado Mosqueiro Aracaju/SE, janeiro/2011.
Autora: Shauane Itainhara.

Neste sentido, além de analisar como a pesca artesanal continua resistindo diante da crescente expansão urbana territorializando- se, essa pesquisa objetiva contribuir pelo direito de permanência da comunidade pesqueira, diante da ameaça do crescente aumento do valor do uso do solo que atrai a presença de agentes imobiliários e proprietários de terras e capital, especuladores, que têm no Estado a garantia da privatização.

Pois onde antes as famílias viviam da pesca e tinha acesso a toda extensão de margem do rio, as árvores que permitiam coletas de frutas, a espaços de terra que permitiam pequenos roçados, e mesmo a uma coletividade que se mantinham dentro da própria comunidade. Onde costumes, vida e trabalho eram compartilhados, hoje se têm um cenário diferenciando: casarões margeiam e impedem o acesso a grande parte da margem do rio Vaza- Barris. O processo de urbanização e especulação imobiliária hoje privatiza os espaços que correspondem ao Povoado Mosqueiro, o que diminui e mesmo impede a coleta de frutas, o cultivo de roçados e de pequenos animais e o próprio acesso dos pescadores a algumas partes da margem do rio.

Para completar o cenário de venda e consumo da paisagem através do incentivo ao turismo no Povoado, foi construída uma orla que ocupa o lugar de embarque e desembarque das canoas dos pescadores como nos fala um pescador da comunidade sobre a construção da Orla Pôr do Sol (Fig.10.), inaugurada em novembro de 2010:

Ali desde quando começaram a fazer essa orla tem o ponto de nós descer, o que é que eles tinham que fazer logo, fazer o porto pra o pescador descer que é o direito, chegaram cavaram, fecharam ali, aí nós pega na palavra eles foram e passaram a máquina, quando foi essa semana eles foram lá e cavaram e deixam lá. E a capitania não faz nada, essa orla não melhora nada, porque quando o rico tomar conta vai dominar aí. (Pescador 44 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Este depoimento reflete a prioridade dos projetos do Estado para o Mosqueiro, que nem ao menos vem sendo discutida junto à comunidade pesqueira que historicamente faz uso do lugar e de sua natureza circundante como possibilidade de vida.



Figura 10: Orla Pôr do Sol¹⁰.

Fonte: Trabalho de campo no Povoado Mosqueiro Aracaju/SE, janeiro/2011.

Autora: Shauane Itainhara.

¹⁰ A orla Pôr do Sol como foi inaugurada passou a se chamar em agosto deste ano de 2011, Orla Pôr do Sol Jornalista Cleomar Brandi, uma homenagem ao referido jornalista que atuou no estado de Sergipe. Esta orla faz parte do Projeto Orla do Governo Federal que visa instalar projetos como forma de sustentação natural e econômica em zonas costeiras.

O Povoado Mosqueiro, permite que o cotidiano a partir da pesca estabeleça uma relação dialética entre o homem e a natureza, sendo então a pesca - artesanal a atividade que garante a permanência da comunidade pesqueira e do seu território. Nesse sentido a pesca - artesanal é a atividade humana que media a relação homem/natureza, ao mesmo tempo em que cria, por meio do trabalho, a identidade dos sujeitos envolvidos nessa relação. Identidade essa presente nas falas dos próprios pescadores e marisqueiras:

Eu continuo pescando de tarrafa, pescar no rio é bom, agente sente prazer. Me sinto sadio no rio. (Pescador, 61 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Comecei a pescar com a idade de 13 anos, minha mãe não tinha condições de criar os filhos, ai comecei a pescar até hoje. De lá pra cá sempre vivi da pesca. Nunca trabalhei em outra coisa não, até hoje só vivo da pesca. (Pescador, 41 anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Eu gosto de pescar é um negócio bom, as vezes o cara está com raiva em casa, pega o barco vai pescar quando chega em casa já passou. (Pescador, 44 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Aqui nós todos desde o meu nascimento que já venho no meio do meu povo tudo já de pesca, tudo já no mangue (Marisqueira 76 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

O direito de permanência dessa comunidade e de seu espaço de pesca e de relações construídas, ao longo de décadas, a partir do cotidiano do trabalho que se faz a partir da relação homem /natureza é também objetivo dessa pesquisa. Os projetos para o Mosqueiro não devem partir somente de uma demanda turística e urbanística pautada em um modelo de desenvolvimento que gere riquezas para alguns, é preciso garantir o direito da comunidade que constitui historicamente o povoado a partir das relações de pesca.

CAPÍTULO II - A PESCA ARTESANAL NO POVOADO MOSQUEIRO: O TRABALHO COMO MEDIAÇÃO DA RELAÇÃO HOMEM/NATUREZA.

VIDA DE PESCADOR TEM POESIA

“Pescador é quem
dorme em colchão de algas
e bebe a essência do luar”.

Surdas as batidas do mar nos rochedos, a água sobe e cai espumosa. O pescador vem caminhando na praia e suas pegadas ficam marcadas fundas na areia. O mesmo de sempre acordado de seus sonhos para a vida de pescador. O homem que pesca não tem hora de voltar, só de partir.

Acorda tarde da noite, arruma os seus apetrechos de trabalho, pega a rede, o remo de ponta larga, o cordel, o samburá e parte em busca do espinhel na treva do oceano desconhecido. Às vezes, a sorte bate em sua canoa, mas vezes há que nem ronda. Ele, porém, não desanima e enfrenta as dificuldades com paciência. Resta ainda o cercado, que pode ter tido mais sorte. Ou então o remédio é preparar o arrastão. Ou os anzóis para uma tirada de caniço.

Quem mora na beira do mar goza de certas regalias: o homem do litoral tem meios de vida mais amplos do que o do interior. O do interior morre mesmo é de sede, enquanto o do litoral se deixa levar pelas ondas.

Mas o pescador está sempre alegre. E por quê? Simplesmente porque ele ama o seu trabalho de perscrutar a noite à procura de aventuras. De noite, quando o galo ainda nem cogita de cantar, o som do motor de popa corta a escuridão e vem ferir os nossos tímpanos. Um som longínquo que parece vir do fundo da noite, do mais recôndito da madrugada.

Ai, saudade de sentir o grande mar nas carnes: o pescador tem desejos de poeta. Sim, de poeta. Principalmente porque sua vida tem poesia, a mais melíflua poesia que o mundo pode ceder a alguém: a da saudade, a do amor e da agonia.

Pescador, pescador
Joga a rede no mar...

A rede fende as águas. O pescador retesa os músculos, dobra-se sobre os joelhos, e de esquivo em esquivo, consegue uma boa lançada. E quando retorna vem exausto da tarefa, mas traz a canoa abastecida de peixes. Na madrugada seguinte, ele torna a levantar-se, repete a manobra do dia anterior e novamente mergulha no mar sem fim. E de manhãzinha, quando o sol surge sobre a praia, o pescador vem encostando sua canoa na areia, vazia de peixes, cheia de sonhos.

Emil de Castro.

A relação dialética entre o homem e a natureza, que se estabelece enquanto o homem se produz e reproduz ao mesmo tempo em que produz natureza, possibilitou e possibilita no Povoado Mosqueiro, que a pesca – artesanal se apresente como a atividade que garante a permanência e resistência da comunidade pesqueira no seu território. Nesse sentido a pesca - artesanal é a atividade humana que media a relação homem/natureza, ao mesmo tempo em que cria, por meio do trabalho, a identidade dos sujeitos envolvidos nessa relação. Refletir a partir da pesca artesanal como se estabelece a relação homem/natureza e quais as implicações dessa para a permanência da comunidade pesqueira se torna então necessário.

2.1- A pesca- artesanal no Povoado Mosqueiro/SE.

A pesca artesanal como atividade extrativista foi uma das primeiras atividades laborativas exercidas pelo homem, segundo Diegues (1983) “a pesca em sociedades primitivas, segundo indicações arqueológicas e etnológicas, ela tenha representado uma importante fonte de alimento em períodos anteriores ao aparecimento da agricultura” (pág. 13). Esta atividade possibilitou a inserção de novas proteínas na alimentação humana e desenvolveu habilidades necessárias a transformação do homem em ser social.

Para Engels em seu texto *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (2004), a necessidade de exercer trabalho estaria diretamente ligada à elaboração de instrumentos para a mediação da transformação da própria natureza e do próprio homem. Nesse sentido Engels mostra que as atividades de caça e pesca estão entre as mais antigas registradas, e logo, tem fundamental importância ao inserirem proteínas animais na alimentação do homem. Esta alimentação possibilitou maior força física e o desenvolvimento do próprio cérebro, necessárias ao longo processo de transformação do macaco em homem. O que nos permite dizer, que a pesca enquanto atividade que media a relação homem/natureza se mantém presente desde o processo de transformação do homem em ser social.

Ao longo dos séculos a atividade pesqueira teve papéis diferenciados nas sociedades. Diegues (1983) apresenta esse processo histórico entendendo à pesca, como atividade anterior a própria agricultura, já que a pesca, como atividade de coleta e caça, aparece nos registros do homem primitivo, através das pinturas rupestres e dos objetos encontrados em pesquisas arqueológicas. Para este autor na Idade Média a importância da pesca praticada inicialmente dentro dos feudos e depois expandida extra- muros, tinha como função suprir o consumo crescente dos cristãos, que se dava dentro de um incentivo a economia pesqueira que teve grande importância naquele momento em algumas regiões como a Escandinávia e o Mediterrâneo. A pesca nesse momento se realizava dentro dos feudos junto à agricultura, em lagos e na zona costeira. O peixe era usado pelos servos como pagamento de renda da terra aos senhores, com o incentivo ao consumo os pescados entram definitivamente na alimentação popular. O ato de pescar no

processo histórico, se tornou há alguns séculos uma atividade econômica, constituindo-se uma forma de emprego.

Nesse processo a pesca é apropriada pelo modo de produção capitalista, e ainda assim permanece em sua forma artesanal, constituindo base de várias comunidades tradicionais¹¹. A pesca artesanal por sua natureza de uma maneira geral possibilita a autonomia do trabalho, onde o pescador é ao mesmo tempo o patrão, o empregado e o sócio, garantindo o sustento familiar. Na pesca profissional os pescadores tornam-se dependentes de um patrão que tem o controle dos meios de trabalho, os instrumentais necessários para a produção, em quantidades excedentes para o mercado, com o fim direto não do uso, como no caso da pesca artesanal, mas da venda, do lucro. Para Karl Marx (2008),

(...) a base natural do trabalho excedente, a condição sem a qual ele não é possível, é a circunstância de a natureza fornecer - em produtos do solo, vegetais ou animais, da pesca, etc. - os meios de subsistência necessários com o emprego de um tempo de trabalho que não absorva a jornada toda. Essa produtividade natural do trabalho agrícola (que abrange o simples trabalho de colher, caçar, pescar, criar gado) é a base de todo trabalho excedente; todo trabalho no início e na origem se destina a apropriar-se da alimentação e a produzi-la. (Pág. 725)

A pesca enquanto produção e organização econômica têm seus antecedentes históricos, segundo Ramalho (2006) nas corporações de ofício, existentes em Portugal, tendo sido trazida para o Brasil colônia com o objetivo de dar garantia assistencial. Segundo este mesmo autor, no Brasil, a pesca passou a ser uma atividade reconhecida na escala da divisão do trabalho, enquanto uma tarefa para fins de emprego com a libertação da escravidão. Tornando-se livres muitos negros, sem possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho, por privilegiar o homem branco e sobretudo o imigrante, o “escravo livre” principalmente da zona costeira

¹¹ O conceito de comunidade tradicional presente na constituição federal sobre o decreto N°6.040 de sete de fevereiro de 2007 define povos e comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

das regiões norte e nordeste do país passaram a se constituir pescadores artesanais e formar comunidades pesqueiras. Para entender o papel da pesca artesanal na mediação dessas comunidades, que vivem numa relação direta com a natureza, é de extrema importância apresentar o debate sobre o que hoje é entendido como pesca artesanal, partindo das idéias de Diegues (1983, 1988), apresentadas por Cardoso (2001):

Como pesca artesanal entendo a pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil, que comporta ainda a produção de pescadores-agricultores, segundo o conceito de Diegues (1983 1988). Trata-se de uma pesca realizada com tecnologias de baixo poder predatório, levada a cabo por produtores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança e cuja produção destina-se ao mercado. (p. 35)

Na compreensão de que o conceito de pesca artesanal nos ajuda a definir, na pesquisa, uma dada realidade, consideramos que essa mesma não necessariamente se encaixa nos limites do conceito. O movimento da realidade, a dinâmica de reprodução/ampliação do capital e seus rebatimentos nas especificidades do local/global, nos apresentam em cada comunidade uma resposta própria às dificuldades postas para comunidades pesqueiras artesanais, e no nosso caso, especificamente no Mosqueiro. Ainda partindo do entendimento de Cardoso (2001): “O pescador é um sujeito social em processo de redefinição de sua atuação, frente aos novos usos que se impõem aos seus espaços de morada, vida e trabalho”, (p.34).

Nesse processo de redefinição da atividade pesqueira, dos seus usos e costumes, Silva (2008) nos apresenta a década de 1970 como um momento histórico importante para a redefinição da pesca artesanal em território português e brasileiro. Segundo o autor a pesca- artesanal se mantém até a década de 1970 enquanto uma atividade cheia de movimento e significado, o que garantia as comunidades pesqueiras a sua dinâmica e modo de vida. A partir daí a pesca industrial toma espaço da atividade e conseqüentemente a pesca- artesanal passa por um processo de declínio. Nesse contexto a atividade artesanal pesqueira, passa então a incorporar tecnologias necessárias a própria garantia da manutenção da

atividade, o que não garante a concorrência diante do poder de captura e comercialização da pesca industrial.

Para Ramalho (2006) a atividade produtiva pesqueira é uma arte. Na sua tese de doutorado, sobre o modo de vida das comunidades pesqueiras de Itapissuma em Pernambuco, este, considera a pesca uma atividade autônoma e de resistência à proletarianização. A arte de pescar traduz o sentimento de liberdade e resistência, e durante o período colonial se caracterizou como uma forma de resistência ao trabalho na unidade de produção canavieira, como também a negação à sociedade urbana de consumo. Os pescadores e marisqueiras do Mosqueiro apesar de considerarem a pesca um trabalho duro e de risco, colocam o prazer de estarem no rio, no mar, no mangue, e tem em comum com os pescadores de Suape, o sentimento que faz com que a pesca não represente somente um trabalho, mas a própria vida, um modo de vida. O que nos faz pensar na pesca artesanal nessas comunidades, como atividade que representa e produz relações que caracterizam resistência ao modo de vida posto pela lógica do capital, de acumulação e lucro onde a coletividade não está colocada.

Podemos afirmar que no Mosqueiro a pesca artesanal é uma atividade autônoma, em que os pescadores e marisqueiras do povoado não se submetem a um patrão ou a uma atividade assalariada que implica seguir ordens e regras, e em sua maioria possuem seus próprios instrumentos de trabalho, redes, armadilhas (Fig.11). A fala de um pescador do Mosqueiro ilustra a consciência de sua autonomia por não se submeter a ordens de terceiros:

Aqui ninguém manda quem manda é agente mesmo, se nós disser 4 horas é pra sair 4 horas, 5, horas, 6 horas, a hora quem diz é a gente, e pra chegar também. Se for trabalhar pra alguém aí complica, porque vai ter horário de sair, horário de chegar. (Pescador 41 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Todavia, essa autonomia encontrada na prática da pesca- artesanal não se estende a todo o tempo de trabalho, já que muitas vezes para complementar a renda os pescadores e marisqueiras da comunidade se vêem obrigados a exercer

atividades temporárias, ou mesmo destinar alguns dias das semanas para trabalharem como diaristas, em casas de famílias ou em serviços gerais como ajudante de pedreiro ou vigias de casas e condomínios.



Figura 11: Pescador do Mosqueiro fazendo reparo em sua rede.
Fonte: Trabalho de campo no Povoado Mosqueiro Aracaju/SE, janeiro/2011.
Autora: Shauane Itainhara.

No caso dos que não possuem barco, esses saem para pescar junto com o dono do barco ou para ele, de forma que o pescado é dividido entre todos, sendo que o dono do barco geralmente fica com uma parte maior da captura. Mas, não há o pagamento na forma de salário, como demonstra a fala de um pescador do Povoado ao explicar como era feita a divisão do pescado entre ele e seus companheiros de pesca:

Eu tinha uma canoa, aí um rapaz não tinha e eu chamava os dois para pescar comigo, 15 quilos meu, sete e meio do meu barco, sete meio meu porque eu fui pescar e o resto era deles dois, era na vela, se não tinha vento é braço, e essa técnica continua, porque essa vela é indispensável em qualquer embarcação, a não ser em embarcação de grande porte, porque quando o motor quebra agente tem que vim a rola, a natureza nos trazendo. (Pescador 76 anos, anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Para os que conseguem viver somente da pesca, ou que tiram parte da renda

da família dessa atividade, é a possibilidade de não se assalariar ou pelo menos não totalmente. Nesse sentido a pesca artesanal garante a permanência e representa a resistência a partir do trabalho da comunidade pesqueira, numa lógica que essa relação direta com a natureza cria e recria um modo de vida diferenciado da lógica do capital. Essa relação direta com a natureza, no caso da atividade pesqueira, com o mar, o rio, permite aos pescadores segundo Silva (2008), uma convivência diferenciada, onde estes passam mais tempo juntos e ampliam suas vidas diante na condição de exercer trabalho, em um ambiente que requer o desenvolvimento de técnicas de captura do pescado próprias ao ambiente marinho, práticas essas que construídas a partir da pesca constroem identidade da comunidade em todas as dimensões da vida.

Para Silva (2008) a pesca marítima, pela própria condição do seu ambiente é repleta de riscos, ao mesmo tempo em que enquanto bem comum e de livre acesso, é uma atividade de caráter imprevisível:

Essa característica de “mar socializado”, de “livre acesso”, combinada às outras variáveis naturais, marcam indelevelmente as comunidades marítimas como móveis e dependentes da própria imprevisibilidade e mobilidade dos recursos pesqueiros. (Pág.82)

Exercida dessa maneira em um ambiente livre - no que diz respeito ao acesso já que se trata de ambientes de difícil apropriação individual- o mar, o rio, a pesca assume uma atividade que direciona o pescador a negação ao tempo do trabalho, do relógio- o seu tempo é do ciclo da lua. Conforme Maldonado (1986 & 1994), a pesca marítima pela presença de maiores adversidades se torna perigosa, tendo o pescador de enfrentar maiores desafios no seu cotidiano, em constantes imprevisibilidades. Para enfrentar os desafios do mar, ou mesmo do rio, os pescadores sempre trabalham em parceria, regido por códigos de respeito, coletividade e solidariedade.

A pesca artesanal além de representar uma negação ao tempo do relógio, e como coloca Ramalho a própria sociedade do consumo, ainda nos permite fazer uma reflexão sobre o próprio trabalho alienado presente nas relações capitalistas de produção. Sendo que na atividade pesqueira artesanal o trabalho não se dá de forma estranhada, os pescadores e marisqueiras reconhecem o produto do seu

trabalho e não dão a ele somente um valor de comércio, tanto é que muitos preferem comer a vender por reconhecer o esforço do seu trabalho na captura dos pescados, por entender que para entrar no mangue ou no rio é preciso muito mais do que vontade, mas experiência e conhecimento, e respeito à própria natureza, aos movimentos da maré, como reflete um pescador a respeito da prática da atividade pesqueira:

Não é qualquer um que vai pescar, primeiro que quando subir no barco não vai saber nem pra que lado vai, é a mesma coisa que você entregar um carro a mim, eu posso ligar ele mais pra sair? (Pescador 41 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A pesca artesanal praticada em determinadas comunidades como a do Mosqueiro se coloca como negação também ao trabalho alienado, ao estranhamento provocado nas relações capitalistas de trabalho. Para Ramalho a ato de pescar também implica em códigos próprios a partir de representações e saberes. A condição de criatividade o afasta do trabalho produtivo, gerador de valores de uso e troca, ou seja, de mercadoria. Os pescadores e marisqueiras do Mosqueiro confirmam essa dependência do tempo e dos ciclos da natureza, da maré, da lua, de forma que há um respeito pelos códigos da natureza:

O horário de pescar depende da maré, num dia ela tá oito horas, no outro dia, ela já tá nove horas, ai vai variando, ai depois ela volta ao jeito que era, tem que ser por ela, é ela quem comanda na área. (Pescador 63 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A noite é mais propicio a pegar mais peixe porque o peixe a noite praticamente nem escuta e nem vê, mas de dia também se pega. Pescador, 76 anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Agente não vai por hora não, se tiver pegando agente demora, se não tiver agente vem embora, fica lá uma hora, duas horas, duas horas e meia, agente sai de manhã, pode chegar de tarde, vê que não tá dando nada vai esperar outra maré chega à noite, passa o dia todo, é a maré quem diz... Hoje tá ruim, amanhã tá bom, ai esse semana deu boa a outra já num deu nada, ai espera que a outra vai dar, pela lua também, na lua cheia fica boa a maré, porque tem vezes que a Lua cheia não dá nada, dá mais na lua minguante ou na lua crescente, ai fica boa. (Marisqueira 47 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Embora seja uma atividade importante, na medida em que abastece local e regionalmente os mercados de pescados, a atividade pesqueira vem perdendo o seu caráter de subsistência para as populações que vivem da atividade tradicional e vem sendo substituídas por empresas privadas. Em comunidades pesqueiras como a do Mosqueiro em área estuarina, onde a diminuição dos pescados é uma realidade como discutimos no primeiro capítulo, fica difícil concorrer no mercado com empresas privadas que pescam em alto-mar com todo aparato tecnológico.

A perda da condição de subsistência familiar diante da concorrência de empresas comerciais e da diminuição dos pescados conduz o pescador e principalmente seus filhos a optarem pelo emprego assalariado, quando encontram, ou então por subempregos. A falta de infra-estrutura e de recursos nas localidades pesqueiras faz com que o pescador seja obrigado a comercializar o pescado com “atravessadores”; e se tornam seus dependentes. Os pescadores do Mosqueiro vivem essa realidade como fica ilustrado em suas falas:

Aqui é muito pescador, não acaba... Mas pra você ver, aqui tem gente que compra o barco, compra a rede e bota aquelas pessoas pra pescar pra ele, tá cheio de barco pra vender ai, porque não tem mais pescador, o cara não ganha nada, hoje em dia tem trabalho em todo canto, o cara sabe que ser pescador não dá certo, o cara arruma um trabalho ali ai vai trabalhar. (Pescador 44 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Eu quero que meus filhos estudem e peguem emprego, viver da pesca agora não vive mais não, a maioria das pessoas agora é trabalhar, a maioria dos meninos ai é trabalhar muito e não entrar nas drogas e que um filho da gente não caia nisso. (Pescador 41 anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

O peixe vende por aqui mesmo aos atravessadores, cambista, a peixaria, é só chegar e entregar, eu queria ter peixe todo dia, era só chegar e entregar. Aqui precisava de uma cooperativa, mas a desunião é demais, dá pra viver só de pesca, mas se tivesse a cooperativa melhorava, era mais lucro também, não ia entregar seu peixe ao atravessador, digamos que hoje entregue um kg de peixe por cinco reais, ele vende por dez, doze. (Pescador 48 anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A atividade da pesca em muitas comunidades, especialmente no Norte e Nordeste do país, permanece como atividade tradicional, com ausência de instrumentais modernos, conservando apenas alguns objetos mínimos para a produção, onde os pescadores se organizam de forma autônoma. Esta condição não indica autonomia de mercado, mas muitas vezes formas de permanência de atividades não capitalistas de produção, para a subordinação do trabalho ao capital, como nos coloca Ramalho (2006):

A sociabilidade existente entre esses homens tem no primado do trabalho sua razão de ser e especificidades em relação ao modelo genuinamente capitalista. Pode-se, com isso, dizer que a sociabilidade pesqueira funda-se na sociabilidade do trabalho e não do capital, embora sofra as tensões oriundas da última. (Pág. 104)

Diegues (1983) traz algumas divisões conceituais dentro da pesca como atividade de pequena produção mercantil; entre elas a diferença entre pescador artesanal e o pescador-lavrador, onde o pescador-lavrador mantém uma relação com a terra através da agricultura, e o momento da pesca se daria justamente no mar dentro, que se caracterizaria pelas áreas estuarinas, onde a terra e o mar seriam uma extensão, por conta disso é o pescador-lavrador que se mantém morando em áreas mais afastadas, em comunidades pesqueiras. O pescador artesanal, no entanto é o que se arrisca no mar de fora ou em alto-mar, vive somente da pesca e com isso tem uma necessidade maior de se organizar, enquanto corporações de ofício já que necessita de instrumentos de trabalho mais elaborados, que por consequência exige um investimento de capital que os mesmos não possuem. São os pescadores artesanais que se submetem a trabalhar nas embarcações de outras pessoas, e por viver somente da pesca precisam complementar a renda com outras atividades, sendo obrigados a morar mais próximo aos centros urbanos.

Para Diegues (1983) o pescador-lavrador e o pescador artesanal fazem parte de um mesmo mundo com algumas diferenças, ambos, apesar de conservarem em parte os meios de produção, são grupos dominados, sua propriedade é do conhecer a arte da pesca, a do aprender a fazer com os mais velhos, uns mais vinculados ao mar outros a terra, nesse sentido, para o pescador-lavrador bastaria perder seu

pedaço de terra para se dissolver, e para o pescador-artesanal seus instrumentos de trabalho. Além de serem grupos dominados, a pesca de pequena produção mercantil se apresenta como uma atividade incerta, já que o mar ou ambiente estuarino é um bem comum e a produção depende do ciclo da natureza, sendo que esses ambientes também estão submetidos aos impactos causados pelo avanço das relações capitalistas de produção que interferem de forma negativa na diminuição dos pescados.

Segundo os próprios pescadores, a comunidade do Mosqueiro sempre teve suas atividades ligadas à pesca, e em alguns momentos a coleta de frutas, como o coco e a manga, que eram comercializadas no mercado de Aracaju. Como foi apresentado no início do capítulo as famílias que ali ainda residem continuam pescando como valor de uso, ou seja, pra consumirem o que pescam, e o que sobra é vendido geralmente aos próprios bares e pequenos mercados de peixe, ou peixarias da região que comercializam esses pescados. A partir dos conceitos de Diegues (1983), o pescador do Mosqueiro se encaixaria na definição de pescador artesanal já que a agricultura não é pratica comum na comunidade, principalmente pelo fato de o terreno ser arenoso, área de restinga, e a pesca atividade principal ligada a outras atividades assalariadas que complementam a renda da família, no que diz respeito à produção, consumo e venda esses pescadores tem na comercialização dos pescados a possibilidade de suprir outras necessidades básicas.

Os pescadores artesanais do Mosqueiro dentro das características apontadas por Diegues (1983) possuem a carteira profissional de pescador, e seu meio de produção, além de alguns instrumentos de trabalho, a exemplo de redes e barcos a vela, é a própria experiência do que se conjuga como a arte de pescar. Estando o Povoado em uma área estuarina e com obviamente acesso ao alto-mar, esses pescadores dominam a arte da pesca nesses dois ambientes, onde os mesmos saem pra pescar sempre em grupo, seja com membros da família ou com companheiros de pesca.

Todavia para Melo (2008) a pesca no Nordeste do Brasil não pode ser vista como uma situação simples, mas ela apresenta-se como uma atividade conflituosa em que comunidades baseadas em uma lógica mercantil simples, co-existem com a

pesca comercial e industrial de grande poder técnico-científico inseridas na lógica capitalista. Para a autora a pesca artesanal de forma simplista, ainda se limita aos ambientes estuarinos e as lagoas de várzea, enquanto a pesca comercial e industrial com acesso a recursos e técnicas de trabalho, chega a mar aberto impondo uma hierarquização das categorias de pesca.

Dentro de uma perspectiva histórica, Melo (2008) coloca as décadas de trinta e oitenta do século XX, como determinantes para uma mudança de cenário da pesca artesanal que anteriormente se constituía de lavradores- pescadores. Nessas décadas foram criadas pela Marinha, as Colônias de pescadores, assim como a pesca artesanal absorveu elementos da “pesca moderna” , como motores e botes. A atividade pesqueira se transforma numa representação corporativista, o que implica numa organização de várias colônias de pescadores no que remete a produção e comercialização ou mesmo na cobrança de benefícios para as comunidades. De qualquer forma os pescadores- lavradores continuariam a ter a pesca como atividade ocasional, em sua propriedade familiar e/ou grupo de vizinhança.

Ainda para Melo (2008), a atividade de pesca como predominantemente agrícola se coloca como base de subsistência, desses pescadores, juntamente com a roça, o artesanato caseiro e a coleta de frutos do mato. O conceito - chave se torna então o de grupo doméstico, onde o princípio da residência comum determina as relações sociais, nesse sentindo se tem um limite da intensidade do trabalho de acordo com o número de trabalhadores presentes no grupo doméstico e recorrendo-se aos mutirões, quando é necessário o aumento da produção. A pesca artesanal presente no litoral nordestino hoje, se coloca como atividade complementar como valor de troca, os equipamentos e mesmo a renda são de baixo valor e a divisão, quando não é igualitária se dá em determinada porcentagem para o mestre de pesca, o dono do bote e os outros pescadores como apontado anteriormente.

A pesca no Nordeste, ainda segundo Silva (2008), possui peculiaridades da própria região, enquanto atividade artesanal e com isso de baixa tecnologia, em contraste com o Sul que tem mais fortemente a pesca- artesanal e a pesca-industrial “convivendo” juntas. Cenário esse que vem mudando, já que empresas nordestinas vêm inserindo novas tecnologias na atividade pesqueira, através de barcos arrendados de empresas estrangeiras. Para o autor a pesca, está atrelada

diretamente ao seu contexto histórico político e social, nesse caminho as políticas públicas que podem interferir diretamente nessas comunidades e na sua forma de lidar com os ambientes do qual subsistem em concomitância com as mudanças postas, se direcionam para o entendimento de relações atreladas a cultura capitalista o que gera consequentemente conflitos de interesses com o modo de vida posto pela pesca – artesanal.

No Mosqueiro a realidade posta para a pesca artesanal não difere muito da leitura de Melo (2008) e Silva (2008) para o Nordeste, já que é possível encontrar pescadores e marisqueiras que tem na pesca a atividade principal, e muitas vezes, única fonte de renda da família; como também os que mantêm outros empregos ou atividades informais e tem a pesca como atividade que complementa a renda. O que não muda para quem vive só da pesca, ou a tem como atividade complementar, é que antes de os pescados terem valor – de- troca, tem valor- de- uso, todos os pescadores e marisqueiras entrevistados colocaram que primeiro se separa o necessário pra alimentar a família e o que sobra é que se destina a comercialização. É importante refletir antes de enquadrar o pescador artesanal do Mosqueiro, como sujeito histórico na luta de classes, subordinado sim ao capital, mas eles não se reproduzem somente a partir de relações capitalistas, o que de alguma forma nos mostra uma perspectiva de resistência.

2.2- A pesca artesanal como mediação da relação homem/natureza.

Vivendo diariamente no cotidiano do trabalho da pesca artesanal em sua comunidade, os pescadores do Povoado Mosqueiro, devido à proximidade do centro da cidade, nos últimos 20 anos têm sido afetados por mudanças estruturais, diante da expansão urbana e inseridos na lógica da reprodução do capital como já apresentamos no Capítulo 1. A discussão posta faz uma reflexão sobre o que vem a ser a pesca artesanal e como esta atividade vem resistindo dentro das relações capitalistas de produção, que ao mesmo tempo em que caminha no sentido de dissolução dessa atividade, também necessita dela. Portanto, para entender a particularidade da comunidade pesqueira do Povoado Mosqueiro, se tornou essencial fazer uma leitura reflexiva dessa temática.

Inicialmente a pesca artesanal se apresenta como uma atividade que persiste e resiste em sua manutenção, já que nos moldes de pequena produção mercantil caminha no sentido contrário das relações de produção postas. E não somente no que diz respeito a uma atividade produtiva, mas nas relações reproduzidas, enquanto ser pescador artesanal. A relação homem/natureza é de extrema importância para o entendimento do por que a pesca artesanal se apresentar, enquanto resistência ao modo de produção capitalista.

Para Lessa e Tonet (2009), a compreensão do pensamento de Marx se baseia na premissa de que é condição indispensável para entender a relação homem/natureza, o ato de transformação constante da natureza pelo homem. É a partir dessa transformação que a sociedade se faz possível de existir, de se reproduzir, é o trabalho que media essa transformação o ato pelo qual o homem se faz um ser social, diferente das leis que regem a natureza, já que o ato de exercer trabalho é antes idealizado no processo de consciência antes de ser objetivado. Esse processo de idealizar o ato antes de exercê-lo é o que Lukács (1981) nos apresenta como teleologia, processo não presente na natureza, já que se dá justamente na consciência que então estabelece um fim, no caso que se materializa a partir do trabalho. Nesse caminho o homem se transforma juntamente com a natureza cada vez que constrói o mundo material e adquire assim novas habilidades.

Marx e Engels (2007), em seus escritos em *Ideologia Alemã*, dão mais elementos que possibilitam compreender como se dá essa relação. O primeiro ato histórico necessário a própria condição de reprodução do homem, seria justamente produzir meios de satisfazer suas necessidades primeiras, comer, beber, se vestir. Com essas necessidades satisfeitas seriam adquiridas novas, de forma que a produção de vida e trabalho se colocam como indissociáveis e ao mesmo tempo seria uma relação natural ao tempo em que é condição de vida. Essa condição de vida é social quando a cooperação dos indivíduos se torna necessária a reprodução de vida do próprio grupo. O que nos leva a compreensão que o ato de transformar a natureza e a si próprio é o que possibilita o ser social de o ser assim compreendido.

A necessidade vital de transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, é condição na qual Marx e Engels (2007) afirmam, que enquanto indivíduos somos dependentes da própria natureza e dessa forma do produto do

trabalho necessário a nossa própria sobrevivência. Nessa relação à água aparece como um dos primeiros instrumentos de produção natural, assim como o campo. Nessa primeira etapa da vida social, onde a relação direta com a natureza e a cooperação dos indivíduos se faz necessária como forma imediata de garantir a sobrevivência, é que os autores apresentam algumas diferenças, numa sociedade que se mantém a partir de valores- de- uso, e nas sociedades onde os valores- de- troca fazem parte da vida social.

No que seria uma sociedade unida por valores- de- uso, se estabelece um laço que pode ser familiar, tribal, territorial, algo em comum que os mantenha unidos, e onde a troca se estabeleça na relação homem natureza, onde o homem trabalha e transforma natureza ao mesmo tempo em que essa natureza fornece produtos a esse homem. Para Marx e Engels (2007) “ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material” (pág. 87), no entanto a produção de sua vida material depende diretamente dos meios que esses se inserem, e esse meio juntamente com o modo como se reproduzem e como exteriorizam sua vida é que define o modo de vida dos mesmos. O que se produz e a forma como se produz dentro das condições materiais que se tem, definem o que são os indivíduos. Os depoimentos dos pescadores e marisqueiras do Mosqueiro representam bem essa relação que se estabelece entre a necessidade e o meio em que vivem criando assim a identidade a partir da atividade que exercem, a pesca:

Nasci no Mosqueiro e moro no Mosqueiro e só saio do Mosqueiro pra me enterrar. Aqui nós todos desde o meu nascimento que já venho no meio do meu povo tudo já de pesca, tudo já no mangue, (Pescadora, 76 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Quem mora em região de praia, tá no sangue, é nativo, o pescar é um prazer e se torna necessidade também (Pescador, ex-presidente da associação de pescadores, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Nesse sentido é possível estabelecer aqui uma leitura de como se constrói o modo de vida ligado a pesca- artesanal, já que numa relação direta com a natureza que proporciona o ato de pescar, a partir, do mar, do rio, do mangue, os indivíduos em sua necessidade de subsistir desenvolvem técnicas próprias para a atividade extrativista nesses ambientes, e a partir dessa atividade estabelece também

relações outras que definem seu modo de vida e dá identidade a comunidade pesqueira cotidianamente. O pescador-lavrador ou artesanal não vê a natureza como algo externo a si próprio, e sim como uma dimensão de si mesmo à medida que é da natureza que ele vive. É somente a partir dela que ele pode se sentir livre, e não precisa vender sua força de trabalho. O pescador artesanal trabalha pra si mesmo e faz o seu próprio tempo, não é a hora do relógio que define seu trabalho.

É possível observar que o modo de vida ligado à pesca artesanal se torna cada vez mais difícil frente às dificuldades produzidas pelo tipo de desenvolvimento imposto as áreas litorâneas, entra elas, o próprio processo de fragmentação resultante do aprofundamento da divisão social e territorial postos pela urbanização. A própria proximidade do centro favorece aprofunda o processo de fragmentação, onde as relações sociais são cada vez mais mediadas pela mercadoria. A fragmentação aprofunda e divide o espaço. “Esta fragmentação que se aprofunda divide o espaço em parcelas cada vez menores, que são compradas e vendidas no mercado, como produtos de atividades cada vez mais parceladas” (CARLOS, 1996, pág. 36).

O Povoado Mosqueiro por se situar entre o oceano Atlântico e o rio Vaza Barris, com a presença de um cordão contínuo de vegetação de mangues ainda preservados, além de ilhas que flutuam na maré baixa, a mais famosa a Croa do Goré, que tem sido explorada comercialmente, como um restaurante flutuante, se destaca como espaço abstrato, sob o controle da economia política que transforma o lugar em espetáculo para ser vendido. A imagem da natureza possibilita a valorização do espaço, transformando o lugar, enquanto referência de uma “imagem natural intocada” propícia a venda do espaço como mercadoria ecológica, serve ao mesmo tempo de estratégia para o aumento do preço do uso do solo. A acumulação capitalista se realiza a partir da venda do tempo livre para o consumo. “O espaço aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades, produzido e vendido enquanto solo urbano, [...] submissos à troca e à especulação” (ibidem).

A subordinação da produção do espaço na lógica do capital altera os ritmos de vida dos sujeitos reais historicamente habitantes do lugar, que aos poucos vão perdendo a autonomia dos usos, obrigados ou a se inserirem no mundo das mercadorias, ou expulsos tornam-se invisíveis, enquanto sujeitos das relações de produção, embora submetidos a todos os tipos da lógica perversa da acumulação

capitalista. A coletividade que se encontra nessa atividade busca assumir, muitas vezes sem consciência uma forma de resistência para a própria sobrevivência na estrutura social da divisão desigual do trabalho. No entanto a liberdade do pescador-artesanal está sobre constante ameaça, já que, é necessário complementar, a renda com outras atividades, ou mesmo quando não se possui os instrumentos de trabalho se submeter a trabalhar em outras embarcações (Fig.12).



Figura 14: Pescadores preparando embarcação pra sair em alto-mar.
Fonte: Trabalho de campo no Povoado Mosqueiro Aracaju/SE, janeiro/2011.
Autora: Shauane Itainhara.

Como já colocado anteriormente, a pesca artesanal se dá no trabalho familiar e na cooperação com a vizinhança. O pescador-artesanal não sai sozinho para pescar e não o aprende sozinho, há uma relação de respeito aos saberes dos mais velhos no sentido do aprender a fazer, assim como no próprio ato de pescar, onde é preciso conquistar o respeito através da sabedoria da arte da pesca para ser mestre. O barco então tem a sua tripulação guiada pela mestrança¹², e no final da pescaria ocorre à divisão baseada nos costumes da comunidade. É o que Diegues (1983)

¹² Segundo Maldonado (1983) a mestrança se constitui a partir da construção simbólica de um mestre que representa a hierarquia da embarcação, a partir do saber pescar, da experiência adquirida na atividade pesqueira, do conhecer o mar, os riscos, os pontos de pesca, é o mestre que tem o papel de guiar a pescaria com base na experiência coletiva, e não somente guiar o barco, mas garantir que as relações experimentadas durante a pescaria se dêem de tal maneira que a cooperação permita melhores resultados.

explica ao mostrar como se definem as relações de trabalho e de sociabilidade dentro e fora do mar, é uma relação de respeito à sabedoria adquirida a partir da experiência assim como uma relação de ajuda mútua dentro da comunidade pesqueira, se um pescador fica doente ou se já está mais velho, há uma divisão do pescado com esses pescadores. A coletividade é a forma que essa atividade encontrou ao longo de sua existência para se manter:

É essencial ver que o mar enquanto espaço produtivo e também como referencial ideológico e espacial dos pescadores é considerado de posse comum- o que repercute nas suas práticas sociais. (Silva, 2008, pág. 47.)

Sobre a coletividade e a estrutura hierárquica a partir da mestrança que constituem a pesca artesanal Maldonado (1994) nos coloca elementos importantes para compreender como se dão essas relações. Para a autora, o contexto da pesca constrói relações igualitárias à medida que para os pescadores há uma relação entre dois meios, a terra e o mar. No mar os pescadores estão distantes e mais suscetíveis aos perigos e imprevisibilidade do ambiente marítimo, o que os coloca numa situação de igualdade, onde todos juntos estão em sintonia para exercer sua atividade e protegerem uns aos outros. Ao mesmo tempo em que sem tem essa construção de uma igualdade dentro do mar, existe também o elo entre o mar e a terra, que é justamente a figura do mestre, que representa justamente o respeito à sabedoria e a experiência adquirida durante anos de pescaria. Esse respeito é que define a relação hierárquica dentro da pesca, para Maldonado (1994):

Essa forma de autoridade não tem como expectativa o medo, a submissão ou sequer a obediência dos pescadores. O que ela objetiva para que a produção possa se realizar é a cooperação voluntária e a fidelidade atenta dos pescadores, que assim coadjuvam a pessoa a pessoa do mestre com seu próprio comportamento. (Pág. 46.)

Apesar dessa estrutura de relações construídas na atividade pesqueira permearem a igualdade dos sujeitos envolvidos, Maldonado (1994) nos mostra a conflitualidade das relações que se passam nos dois meios, a terra e o mar, se no

mar há uma possibilidade de construção de relações baseadas na coletividade, em terra há a tendência ao individualismo que é o que permeia as relações e o modo de vida baseada no modo de produção capitalista. Essa volta a terra é o que representa o desafio das comunidades pesqueiras como a do Mosqueiro, onde a coletividade não se aplica no momento de concentrarem forças para uma organização que consiga unir as reivindicações da comunidade pesqueira, como fica claro no depoimento preocupado de um ex- presidente da associação de pescadores do Povoado:

São muitos problemas e tá todo mundo muito abusado e desconfiado, não quer mais acreditar nisso, é preciso muita fé e coragem de encarar, reunir esse pessoal, você tem que ter algo para oferecer, dar de garantia, eu vou porque eu sei o que existe, mas a maioria nunca vai acreditar, é como a história de São Tomé, eu só vou crer se eu vê, aí você vê a casa cheia. (Pescador, 41 anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Nesses lugares pequenos onde as pessoas têm pouca instrução, elas são incentivadas quando estão atrás de algum objetivo, mas isso não se manifesta rapidamente fazendo algumas pessoas perderem o interesse. O objetivo era montar uma cooperativa, adquirir barcos redes, ou seja, materiais de pesca e ter melhor condições de pesca, criar uma cooperativa para a comercialização da pesca, porque todos seriam beneficiados, ganhariam melhor. (Pescador 48 anos, Residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE)

A angústia exposta na fala do ex- presidente da associação de pescadores se dá por conta das várias tentativas segundo o mesmo que já houveram no Povoado de se reunir os pescadores e marisqueiras em várias gestões da associação para lutarem ou reivindicarem melhorias para a comunidade através de melhorias que beneficiassem a atividade pesqueira. O problema é que ao longo dessas tentativas, várias promessas foram feitas por órgãos públicos e privados e em nenhum momento nenhuma melhoria concreta para viabilizar a atividade pesqueira foi cumprida, o que levou muitos pescadores e marisqueiras do Povoado a descreditar numa possibilidade de melhorias através de reivindicações coletivas através da associação.

Apesar da dificuldade dos pescadores se organizarem coletivamente para reivindicar melhorias para a comunidade e para a atividade pesqueira, como nos coloca Maldonado (1994), a pesca se caracteriza na cooperação que se dá pelo caráter do ambiente onde a mesma é desenvolvida, onde o mar e o rio são ambientes poucos propícios a apropriação individual de alguns. Assim como também pela necessidade já exposta de uma coletividade na prática da atividade e no próprio manejo da embarcação em um ambiente considerado perigoso. Dessa maneira o mar incita uma relação harmoniosa entre os pescadores por estar juntos exercendo uma atividade de risco, atividade essa que se repete durante anos onde os pescadores constroem relações de companheirismos diante dos riscos comuns que passam juntos. Nessa construção cotidiana de coletividade na atividade prática da pesca, é que se têm relações que vão de encontro ao modo de vida posto, imposto pelas práticas individualistas do modo de produção capitalista.

2.3 - A perspectiva ontológica e central do trabalho e sua representação a partir da atividade pesqueira extrativista do Povoado Mosqueiro.

Diante das discussões até aqui apresentadas, referentes ao papel da pesca em determinado momento, como condição de reprodução do próprio homem, o entendimento dessa pesca, na forma artesanal, e como a mesma se apresenta no Mosqueiro, faz-se nosso propósito agora, compreender como na comunidade pesqueira do Povoado, a pesca artesanal, enquanto materialização do trabalho media a relação desses pescadores e marisqueiras com a natureza, ao tempo que permite e faz com que, essa comunidade se mantenha enquanto comunidade pesqueira.

Para entender como o pescador e a marisqueira, sujeitos dessa pesquisa, se relacionam com a natureza, é preciso à compreensão de que o homem dentro do processo histórico onde se dá a vida em sociedade, antes de tudo é e produz natureza. É por meio desta que o mesmo se reproduz não somente na esfera biológica, mas enquanto ser social, que produz cultura, que transforma e se transforma enquanto natureza, e nessa mediação se encontra o trabalho como

atividade necessária à produção e reprodução do próprio homem. Segundo Smith (1988), “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”. (pág.71). Para o autor, existe um processo de produção da natureza, e essa produção se dá de maneira diferenciada nos diversos espaços de acordo com os interesses postos pela sociedade de classes que tem como base a acumulação que sustenta o capital, o que resulta então em um desenvolvimento desigual.

Falar então de dominar a natureza para Smith, é um jogo ideológico para justificar o uso desigual dessa natureza, produzi - lá pelo contrário, nos dá a perspectiva de produzir de outra forma, como nos mostra as relações vividas pela comunidade pesqueira do Mosqueiro, onde pescadores e marisqueiras produzem natureza e produzem a si mesmos. Dessa forma não há estranhamento, e sim uma identidade com o espaço vivido, a consciência de que o mangue, o rio e o mar são uma extensão de si próprios à medida que a condição de vida está nessa relação.

Segundo Antunes (2007) “o sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital” (pág.19), dessa forma os seres sociais mediados entre si e dentro de uma totalidade social que se dá sobre determinado modo de produção, passa a subordinar às mediações de primeira ordem as mediações de segunda ordem, que seriam justamente as mediações que permitem a reprodução do sistema do capital. As mediações de primeira ordem supririam as necessidades básicas e vitais da reprodução individual e societal. Segundo Antunes (2007), dentro de uma totalidade social, é preciso à compreensão de como se dá esse sistema de mediações. Para o autor, as mediações de primeira ordem, passam pela leitura que compreende o homem como natureza, fazendo parte dela numa relação direta de intercâmbio com a mesma, onde as necessidades são supridas de acordo com os recursos disponíveis.

As mediações de primeira ordem, enquanto relações da comunidade com a natureza se apresentam como ações necessárias a própria reprodução social do grupo, como a regulação do processo de trabalho, assim como instrumentos

necessários ao mesmo, e outros bens também necessários a comunidade. Para Antunes (2007), o sistema de trocas existente nessa mediação se apresenta como forma de suprir necessidades do grupo, necessidades essas que podem mudar, já que o próprio ser ao se reproduzir cotidianamente se transforma continuamente assim como a própria natureza. As mediações de primeira ordem por se basearem nas necessidades reais do ser, do grupo, levariam então a organização de recursos destinados aos seres em sua totalidade social.

As mediações de segunda ordem por sua vez, acrescentam elementos às mediações de primeira ordem. Elementos estes correspondentes a reprodução sócio- metabólica do capital, por isso são de ordem fetichizante e alienante, de forma que as mediações de primeira ordem são subordinadas as de segunda ordem, à medida que o valor- de- uso se subordina ao valor- de- troca que tem que ser constantemente expandido, é o que para Mészáros (2007), representa um círculo vicioso, já que entre essas mediações há relações de dominação, que se manifestam na sociedade de classes. Sociedade essa que ignora mediações necessárias a reprodução social de forma a garantir que os recursos sejam otimizados para garantir a reprodução sócio- metabólica das gerações que estão por vir, para Mészáros (2007), o capitalismo é um marco na submissão das mediações de primeira e segunda ordem:

Comparando as mediações de primeira ordem com as mediações de segunda ordem do capital, se percebe que tudo se altera com o surgimento do capitalismo. Pois todas as demandas mediadoras primárias devem ser modificadas de modo a adequar-se às necessidades auto- expansivas de um sistema de controle reprodutivo social fetichista e alienante, que subordina tudo ao imperativo da acumulação de capital. (Pág. 41).

Algumas das condições para que as mediações de segunda ordem sejam possíveis de se realizar é, a separação do trabalhador dos seus meios de produção, de forma que a condição de alienação possa se estabelecer, do trabalhador que não reconhece o produto do seu trabalho através da fragmentação do trabalho deste que não domina todo o processo de produção. Dessa forma Antunes (2007) nos coloca que o trabalhador dentro dessas mediações de segunda ordem, referentes à produção/reprodução do capital, é apenas um fator de produção, assim como o

valor- de- uso fazendo parte do valor- de- troca, é considerado essencial se subordinado ao segundo. Ramalho (2007), ao tratar de mediações nos coloca justamente a condição de subordinação das necessidades reais do ser a mediações outras construídas no processo histórico de desenvolvimento da sociedade:

Assim, quando o trabalho deixou de ser uma relação apenas com o objeto e passou a encarnar, durante o desenvolvimento sócio-histórico da humanidade, mediações mais complexas, que atingiram e interferiram no atendimento das necessidades individuais e sociais, emergiram daí teleologias secundárias, que determinaram as primárias sem nunca abolir estas (contato imediato com a natureza, domínio sobre a esfera biológica e do objeto ao qual volta sua ação produtiva, tornando-o útil). (pág.85)

A partir da compreensão das mediações de primeira e segunda ordem, é possível afirmar, o caráter de resistência presente em comunidades como a do Povoado Mosqueiro, que mantém uma relação direta com a natureza, de subsistência, de transformação direta do ser e do grupo cotidianamente a partir do trabalho que se estabelece no intercâmbio com os recursos ali disponíveis e que possibilita a vida e identidade da comunidade na pesca.

A atividade pesqueira- artesanal dessa forma se aproxima nesse sentido das mediações de primeira- ordem. Além do que os pescadores e marisqueiras do Mosqueiro dominam todo o processo de trabalho e em sua maioria são donos dos seus instrumentos de trabalho assim como tem acesso direto ao meio de produção, mar, rio, mangue, o que proporciona a comunidade uma negação as formas alienantes das mediações de segunda ordem. A relação direta com a natureza que proporciona um modo de vida diferenciado do imposto pelo capital.

Entendendo dessa forma o homem como natureza que se realiza no intercâmbio, com a própria natureza do qual o mesmo faz parte. Esse intercâmbio se dá justamente pela mediação do trabalho que representa uma determinação ontológica e dá sentido ao ser social. Essa determinação ontológica para Lukács (1981) se dá no entendimento de que só a partir do trabalho é que podemos entender o ser social:

Somente o trabalho tem como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é essencialmente uma interrelação entre

homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objeto de trabalho) como orgânica. (Lukács, pág.3)

Na análise deste autor, para entender o ser social em sua ontologia, na compreensão da sua natureza, é necessário partir da leitura do trabalho como mediação da relação homem natureza, trabalho esse que nasce da necessidade e da luta do homem pela existência. Esse primeiro momento onde o trabalho tem esse caráter intermediário de mediação da transformação da natureza pelo homem, o que implica na transformação do próprio homem, caracteriza o momento do salto, o homem que se torna um ser social. Neste sentido Lukács (1981) afirma que o salto representa um processo longo, onde não se pode caracterizar o momento exato em que essa transformação acontece, mas onde se tem claro que o salto representa uma mudança estrutural e qualitativa do ser, do ser orgânico em ser social, nas palavras de Lukács (1981):

A essência do salto é constituída por esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma do ser. (pág. 05)

Dessa forma para Lukács o trabalho como mediador da relação homem/natureza representa a ontologia do ser social. É o que faz com que ocorra o “salto” que transforma o homem inorgânico em ser orgânico dotado de capacidades que se complexificam e criam outras necessidades que serão supridas socialmente. Nesse primeiro momento essas necessidades do ser social são regidas pelo valor-de –uso:

... Se torna valor de uso na medida que é útil a vida humana... Numa consideração geral entender os valores de uso, os bens, como produtos concretos do trabalho. Disto se segue que podemos considerar o valor de uso como uma forma objetiva de objetividade social. (Lukács, pág.64)

O valor- de- uso compreendido como necessidade inerente ao próprio ser social, já que representa suprir necessidades básicas desse ser, não se materializa de uma única forma, e sim a depender do intercâmbio dado com a própria natureza,

que não se apresenta de maneira uniforme, Lukács nos chama atenção nesse sentido; de que:

Os valores de uso, os bens representam uma forma de objetividade social que se distingue das outras categorias econômicas somente porque, sendo objetivação do intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza e constituindo um dado característico de todas as formações sociais e de todos os sistemas econômicos, não está sujeito, considerada na sua universalidade, a nenhuma mudança histórica; no entanto, as suas formas concretas de aparecer, até mesmo no interior da mesma formação, mudam continuamente. (Lukács, pág.65)

Para este autor seria impossível entender o ser a não ser pelo trabalho, já que esse a partir do momento do “salto” se torna modelo de toda práxis social. Apesar de estarmos falando aqui do momento primeiro, é imprescindível a compreensão da ontologia do trabalho, para entendermos sua centralidade mesmo nas fases sucessivas a esse momento. O homem enquanto ser social, que vive em sociedade, vai se complexificando, a partir de novas necessidades e com a criação de outras mediações, para as realizações dos fins que é antes construído no processo de consciência. Se o trabalho é assim o responsável pela transformação do homem inorgânico em ser social nunca deixará de ser central nas relações sociais justamente por ter esse caráter ontológico, e pelo fato, segundo Lukács (1981), que é no processo de consciência que se desenvolve também a partir do trabalho, a própria consciência que se torna autônoma na medida em que se auto-reproduz, a partir do que capta tanto do mundo exterior, quanto do interior, fazendo assim com que o trabalho surja e se desenvolva, determinando seus vários fins.

O processo de formação de consciência se dá no próprio processo de trabalho, pois quando esse antes de ser materializado, foi anteriormente pensando na mente do ser que o executa, na mente do trabalhador. Dessa forma o meio natural ganha à forma a qual o homem enquanto ser social define a partir de suas necessidades. É o que Lukács (1981) chama de posição teleológica, onde o trabalho que segundo o autor é o modelo de toda práxis social, não é formado somente na ação, mas na subjetividade do pensamento de forma que pensar e agir trabalho não categorias indissociáveis. Por isso para Lukács, a teleologia, é algo

que não existe na natureza de forma que esta tem uma finalidade consciente só possível na materialidade do ser quando esse em sua ação de exercer trabalho a torna real.

O entendimento do ser social só se torna possível quando este em suas ações adquire autonomia a partir do trabalho que se efetiva a partir das contínuas posições teleológicas. Pensar a realidade permite então ação de transformar, criar a própria realidade, e ao mesmo tempo a si próprio, produzir natureza e trabalho, assim como o produto do seu trabalho é o que permite a definição e a compreensão do ser social, que ao buscar os meios de se produzir e reproduzir adquire então um conhecimento da natureza necessário aos fins que se projetam na mente. Dessa forma se têm o que Luckács (1981) vem chamar de processo de consciência, para o autor a realidade é apenas reproduzida na consciência, então existiriam dois momentos distintos, o próprio ser e o seu reflexo, já que a reprodução da realidade na mente se dá a partir da subjetividade do próprio ser enquanto suas necessidades e como essas são postas e materializadas a partir do trabalho.

Se a consciência é um reflexo da realidade, é a partir desta então que se é possível projetar, novas ações, possibilidades ao processo de trabalho. Dentro dessas possibilidades, Lukács (1981), apresenta a categoria mediadora entre a consciência e a realidade, a “alternativa”, que seria também um ato de consciência, mas ato esse que possibilita a criação de uma nova finalidade. O que quer dizer, que dentre as alternativas possíveis, é necessário delimitar o que se pode colocar em prática, dessa forma é a partir do real, do meio possível que se tem a alternativa e ações práticas, ao exercer essas escolhas é que se pode definir que o homem então tem o domínio de si, e assim esse processo também faz parte do salto enquanto processo que transforma o homem em ser social através do trabalho.

Partindo da leitura de Luckács (1981), temos que o ato de exercer trabalho antes de ser materializado necessita ser pensado, planejado na subjetividade da mente humana, nesse sentido a pesca enquanto atividade artesanal exercida por pescadores e marisqueiras, também passa por esse processo. Sendo a pesca uma atividade exercida diretamente na natureza, é preciso total conhecimento desta natureza para exercer a atividade pesqueira. O ambiente estuarino e marítimo como imprevisíveis, requer destreza, planejamento e escolhas definidas dentro do grupo

que pesca ou do pescador que se arrisca a ir sozinho. Nesse caminho após pensarem, definirem a alternativa, é que a finalidade teleológica na mente se torna real na ação de pescar. Ramalho (2009) ao discutir sobre os pescadores de Suape/PE apresenta o pôr teleológico na mediação de suas reflexões sobre a pesca artesanal e o processo de transformação da natureza pelo trabalho:

O trabalho de pescaria, como qualquer outro, é uma obra teleológica, isto é, orientada para atingir certa meta, que busca capturar o ser-precisamente- assim (a natureza - o mar e os peixes) a partir da consciência, da subjetividade. Ao fazer isso o pescador transforma os peixes e o mar em utilidades humanas (valor de uso como suportes do valor de troca) e opera, por conta disso, mudanças em seu próprio mundo, pondo-os em movimento. (Pág. 82).

A discussão de Lukács(1981) sobre a ontologia do trabalho nos ajuda a entender como a pesca media a relação homem/natureza presente no Mosqueiro, e mesmo as outras relações colocadas para essa comunidade como um todo. O pescador artesanal por exercer uma atividade extrativista, depende diretamente da natureza para viver, dos ciclos das marés, da lua, da quantidade de peixes disponíveis, diferentemente de outras atividades que de tantas mediações alienam o trabalhador da relação com o produto do seu trabalho. O pescador artesanal do Mosqueiro nessa relação de dependência, e de transformação da natureza vai, ele mesmo, se transformando a cada pescaria, adquirindo novos saberes sobre o mar e habilidades sobre a pesca, como afirma Vannucci (1999):

Em todo lugar, os ciclos lunares e de marés, regulam grande parte da periodicidade da vida animal. A vida do pescador também se regula pelas marés, pela lua e pelas chuvas, num ritmo que corresponde ao comportamento dos animais e à vida e aos ciclos sazonais de plantas e animais. (pág.123).

Quando os pescadores afirmam que sempre viveram da pesca, que ali é o seu território, que a pesca é o que sabem fazer, isso nos dá uma pista do porque a comunidade pesqueira do Mosqueiro permanece, e mostra que, para quem vive dessa atividade, o trabalho não é apenas um emprego, um modo de vida, mas representa sua própria vida, seu próprio reproduzir-se enquanto pescadores ou marisqueiras, como podemos ver em suas falas:

Eu gosto de pescar mesmo, eu não gosto de tá parado, de ficar em casa, eu gosto de trabalhar, pode- ser domingo, feriado, não tem horário, se eu disser vou pescar amanhã eu vou, se eu disser não vou eu não vou, sou mandado só de Deus.(Pescador 59 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE)

A pesca nunca se acaba, nasci e me criei no Mosqueiro e vou morrer aqui mesmo. Apreendi a pescar brincando. (Pescador, 79 anos. residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE)

Parece que eu já arriei o umbigo pescando, porque meu interior é de água doce eu amanhecia o dia no calão de uma redinha pescando, tomei conta de casa foi a mesma coisa, marido morreu mas deixou esse presente pra mim, pescando também, minhas filhas iam chorando pescando mas eu levava, tem que ir pescar, todo mundo sabe nadar, se virar num barco ninguém morre. (Marisqueira, 65 anos. residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE)

Como podemos constatar nos depoimentos dos pescadores e marisqueiras, o rio, o mangue e o mar são condições de sua própria vida. Mas, é preciso ainda atentar para a pesca no Povoado, que há algumas décadas representava o trabalho de toda uma comunidade, que mantinha laços a partir do trabalho, e dessa forma o modo de vida em comum, numa relação direta com a natureza, hoje não está mais garantida por conta de todas as dificuldades já apresentadas, postas para a pesca artesanal. Diante disso, grande parte dos pescadores, assim como as mulheres e os seus filhos, acabam por procurar outras atividades para complementar à renda, no caso das mulheres, muitas vezes como diaristas em casas de família, ou no caso dos mais jovens como único trabalho já que, grande parte não tem mais interesse em viver da pesca.

Dizer que não há garantia não é dizer que não há resistência, muitos apesar das dificuldades se mantêm na pesca artesanal, no caso das mulheres marisqueiras estas continuam catando caranguejos e outros mariscos, pois é essa atividade que lhes permite viver numa relação cotidiana com o local, o rio, o mar. Os pescadores e marisqueiras do Mosqueiro, nessa relação direta com a natureza criam sua identidade a partir do trabalho, nesse caso a própria pesca artesanal. Nos relatos dos pescadores/as entrevistados durante os nossos trabalhos de campo, foi

possível, verificar que a atividade pesqueira no Povoado tem como objetivo primeiro o próprio consumo, independente da quantidade que se pesque primeiramente se é tirado uma quantidade necessária para alimentar a família, e aí sim o excedente é comercializado para suprir outras necessidades. O que nos leva a fazer uma ponte com a leitura do que seriam as mediações de primeira ordem que tem como finalidade suprir as necessidades básicas e vitais do ser social, no caso dos pescadores e marisqueiras. O produto do seu trabalho primeiramente tem a função de alimentar a si próprios, como pode ser visto em alguns relatos:

Agente tira uma quantidade pra comer e outra vende e assim vai vivendo. (Pescador, 41 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Pescava de redinha sempre pra comer, tirava ostra e sururu. (Marisqueira, 66 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Eu vivia da maré trabalhava na diária e pescava pra comer. (Pescador, 72 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

O produto do trabalho desses pescadores e marisqueiras antes de ter valor - de- troca têm valor- de- uso, antes de ser comercializado em feiras, mercado ou ser negociado com atravessadores, passa pela necessidade de subsistir, de comer, de repor a energia necessária ao trabalho e atividades diárias. Isso não quer dizer que ao exercer a atividade da pesca esses homens e mulheres já garantiram a sua sobrevivência, não se trata de sobreviver, mas de viver, e para tanto há tantas outras necessidades que perpassam por essa comunidade.

Podemos afirmar que na comunidade pesqueira do Mosqueiro, a pesca (Fig.13) foi e ainda continua sendo o trabalho que tem caráter central, para quem se identifica como pescador, mesmo que outras atividades sejam necessárias para se manterem, enquanto pescadores e pescadoras e não só, mas numa relação de vizinhança ainda muito forte como afirma Cardoso (2001) em outro momento. Sobre a centralidade do trabalho nas relações sociais, fazendo uma leitura do território, é

possível sem muitas dificuldades entender que esses pescadores, vivem do seu trabalho, permanecem e resistem todos os dias para continuar vivendo da pesca.



Figura 13: Família jogando a tarrafa no Rio vaza- Barris.

Fonte: Trabalho de campo no Povoado Mosqueiro Aracaju/SE, janeiro/2011.

Autora: Shauane Itainhara.

A pesca que desde os primeiros momentos fez e faz parte das relações humanas, que passou por outros modos de produção, e hoje apropriada pelo sistema capitalista, como se apresenta, por exemplo, a pesca industrial de forma indiscriminada, na captura de pescados para abastecer os mercados, ainda sim a pesca artesanal, mesmo estando inserida nesse processo global de reprodução ampliada do capital, representa o trabalho que define o modo de vida e a possibilidade de permanência e resistência do território da comunidade pesqueira do Povoado Mosqueiro dentro de uma lógica ainda diferenciada do modo de produção posto.

CAPÍTULO III - A PESCA ARTESANAL NO POVOADO MOSQUEIRO, SE: PERMANÊNCIA, RESISTÊNCIA E AUTONOMIA?

3.1- Permanência, resistência e autonomia?

A comunidade pesqueira do Mosqueiro há décadas permanece no lugar que corresponde ao Povoado, como foi registrada nos capítulos anteriores, área estuarina e de manguezal, beirada pelo Rio Vaza Barris, com grandes fazendas de coco e casas feitas da madeira do mangue. A partir de 1980 começa a mudar com a expansão da cidade de Aracaju via processo de espacialização do capital. Constatamos mais casas de alvenaria e grandes condomínios de casa, somado a isso toda menos peixe, menos caranguejo, menos dunas, menos verde e mais turismo.

Resgatando a análise feita no capítulo anterior e diante da reprodução ampliada do capital, a investigação de Mészáros (1995) o leva a constatar que “o sistema de capital por não ter limites para a sua expansão, acaba por converter-se numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva” (apud Antunes, 2009, pág. 11). Cientes da lógica inerente ao próprio capital que não tem limites, comunidades como a do Mosqueiro inseridas em processos cada vez mais destrutivos, nos levaram a refletir sobre como essas famílias de pescadores e marisqueiras, que tem sua identidade construída no trabalho da pesca- artesanal, permanecem em meio a tantas dificuldades colocadas para o viver de atividades artesanais ligadas diretamente a natureza.

Constatamos no decorrer da pesquisa que nesse sentido, permanecer é estar ali, é viver do que sempre viveram, do que sabem viver com a comunidade que constrói sua própria forma de se relacionar, mas além de permanecer eles resistem vivendo da pesca, continuam entrando rio e mangue adentro, por necessidade, por prazer, por ser seu modo de vida e estão ali determinando, que o Povoado Mosqueiro é sim construído a partir da atividade pesqueira, porque o Mosqueiro é antes de tudo uma construção cotidiana de quem permanece e resiste. Pescadores

em suas falas nos permitem entender, que a pesca vai além de uma atividade laborativa, mas se apresenta como modo de vida:

Eu continuo pescando de tarrafa, pescar no rio é bom, agente sente prazer. Me sinto sadio no rio. (Pescador, 61 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A pesca nunca se acaba, nasci e me criei no Mosqueiro e vou morrer aqui mesmo. Aprendi a pescar brincando (Pescador, 77 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Nessa discussão do modo de vida enquanto condição de permanência e resistência, alguns autores nos trazem contribuições que nos ajudam a refletir na especificidade da comunidade pesqueira do Mosqueiro. Cândido (1998) faz um estudo antropológico, clássico sobre o modo de vida do caipira paulista e suas transformações diante do avanço das relações capitalistas. O autor parte da reflexão que tanto o tempo enquanto processo histórico, quanto o homem e a natureza, são elementos indissociáveis. Na visão do autor para entender a vida social é preciso compreender como se dá a satisfação das necessidades básicas, de subsistência desse homem que ao procurar formas de satisfazê-las também está determinando a forma de organização social coletiva, a fome como necessidade primária seria então um elemento de solidariedade necessária.

O caipira paulista ou a sociedade caipira tradicional segundo Cândido (1988) se estabelece, a partir do contato da cultura tradicional indígena com os bandeirantes portugueses em suas passagens na tentativa de viabilizar o processo colonizador no interior paulista. Isso explicaria parte da cultura nômade dos caipiras assim como seu isolamento, onde esses adquirem costumes considerados rústicos já que simples, onde toda a produção de roupas e alimentos, criação de animais, e suas próprias casas se davam na própria família ou comunidade. Dessa forma o modo de vida caipira se estabelece primeiramente em uma economia fechada e de cooperação quando necessária.

As relações do caipira assim como a de comunidades pesqueiras- artesanais, se estabelecem na relação de vizinhança que abarcam a família e o povoado como um todo. O povoamento do caipira se dá de maneira dispersa onde esse não tem o título ou posse de suas terras, já que na maioria das vezes a ocupam. De economia

fechada à lavoura e indústria doméstica garantem as necessidades básicas, e como forma de solidariedade o mutirão é a maneira encontrada para resolver problemas ou dar continuidade às necessidades postas por essas atividades. Porém a economia fechada do caipira é rompida com a fixação do paulista e com o estabelecimento de fazendas nas áreas antes ocupadas pelas comunidades caipiras. A sociedade baseada na posse, que exige títulos de propriedade, espolia o caipira e não garante sua permanência nas terras ocupadas.

A garantia de permanência e reprodução do modo de vida do caipira tradicional se dá então de maneira diferenciada a depender das formas de ocupação de terras. Onde há uma menor concentração de latifúndios há também mais fortemente uma presença dos grupos caipiras e condições que permitem a reprodução do seu modo de vida de forma mais integral, onde há uma maior concentração dos latifúndios, em grande parte o caipira já está submetido a relações dependência como o assalariamento, parcerias ou colonato, o que ocasiona a perda da autonomia desse grupo, é como Cândido (1998) coloca sobre o caráter de permanência:

A cultura do caipira como do primitivo não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico social que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles ocasionada. (pág.82).

Para Cândido (1998), mudanças são impostas ao modo de vida do caipira com a inserção de elementos capitalistas, a economia fechada vai se transformando e passa a fazer parte da lógica de reprodução da economia capitalista. Para tanto há duas categorias que o autor coloca para reflexão e que nos ajuda a pensar o pescador artesanal do Povoado Mosqueiro, são estas a de alteração e a de persistência. Persistência enquanto o que permanece do modo de vida anterior, elementos que ligam a forma social os costumes antes presentes aos novos valores e necessidades impostos pela nova economia em que se insere o grupo. Alteração enquanto formas novas de se socializar, organizar o grupo e se adaptar ao momento presente que se impõe. A persistência ainda segundo Cândido (1998), aparece como forma de negar ou assumir para depois redefinir o novo modo de vida imposto ao grupo.

O caipira que na construção do seu modo de vida tinha uma compreensão e domínio do todo, onde suas relações permeavam a autonomia de subsistência, passa então por uma fragmentação de suas relações cotidianas, já que passam a não ter mais o controle de suas terras e do seu tempo de trabalho sendo obrigados a se submeterem a um padrão em sua forma mais perversa. Mesmo os sitiante que possuem as suas terras são subvertidos a lógica de reprodução da sociedade capitalista, onde o dinheiro, a compra, o valor- de- troca prevalece sobre o valor- de- uso antes tão presente no modo de vida caipira.

As formas de persistência do caipira se colocam a partir dos novos papéis e relações a que estes se ajustam para garantir o seu modo de vida. Dessa forma a parceria, como categoria econômica que garante mais autonomia ao caipira que não tem a posse de terra, e a cooperação vicinal como forma coletiva de se comprometer a ajudar o grupo, família ou companheiro, se configura em formas de garantir a permanência do modo de vida tradicional caipira o quanto for possível. O que Cândido (1998), nos chama atenção é também para o entendimento de que o modo de vida posto pela economia capitalista, o modo de vida urbano imposto ao modo de vida tradicional não representa uma forma evoluída, acabada do qual os grupos humanos tem que se submeter. Para o autor há uma redefinição do modo de vida tradicional e, são aí que se encaixam as formas de persistência/permanência dos modos de vidas tradicionais.

O que fica claro pra nós, a partir da leitura de Cândido (1988), sobre os caipiras paulistas, é que o caráter de permanência do modo de vida tradicional com valores diferenciados dos impostos pelo modo de produção capitalista se conserva no modo de vida construído na forma como determinado grupo se relaciona com a natureza, a transformar e se transforma através do trabalho com fins primeiros de subsistência, o que garante a esses grupos certa autonomia já que vivem basicamente da relação direta com a natureza. A permanência se dá no esforço empreendido por esses grupos para continuarem se relacionando e reproduzindo o modo de vida que lhes dá identidade, mesmo que de forma ajustada aos novos valores e imposições colocados.

Pensando permanências, resistências e autonomias Ramalho (2004) também nos ajuda a pensar sobre essas categorias a partir da compreensão da pesca artesanal como arte presente na comunidade pesqueira de Suape e Itapissuma- PE:

A arte dos pescadores resulta de sua criatividade, de seu sentimento de liberdade e resistência, pois a pesca artesanal sempre se caracterizou, para seus profissionais, como uma não subordinação à sociedade canavieira e nem a sociedade urbana de consumo, que fizeram com que seu trabalho e seu modo de vida (para eles livres) permitissem o surgimento de uma arte (a arte da pesca) repleta de códigos próprios. (Pág.03).

Ramalho (2004), além de fazer a leitura da pesca- artesanal como uma arte que possibilita aos que a dominam a permanência e resistência enquanto pescadores com seu modo de vida construído a partir dessa atividade apresenta ainda outros fatores que se caracterizam como formas de resistências a sociedade do consumo e a individualidade pregada por esta. Para Ramalho o trabalho familiar e a coletividade necessária a atividade pesqueira, assim como o fato de a pesca ser exercida em um ambiente “livre” diferentemente da terra onde a subordinação é sentida mais fortemente, se somam como fatores que levam aos pescadores a permanecerem na atividade pesqueira- artesanal.

Para os pescadores de Suape e Itapissuma, segundo Ramalho (2004) a pesca representa uma arte, no sentido que é uma atividade que exige dos pescadores conhecimento do ambiente onde a atividade é praticada, domínio dos instrumentos de trabalho, e outra série de fatores que são adquiridos somente na prática e com experiência do tempo de trabalho. Sendo a pesca então uma atividade que se caracteriza pelo domínio de todo o processo de trabalho, a mesma se apresenta para esses pescadores como uma atividade que lhes proporciona liberdade já que esses por dominarem a arte da pesca não necessitam se submeter ao assalariamento:

Se a liberdade só existe na efetivação da atividade da pesca, do seu trabalho, deve-se ao fato de que é nele, trabalho pesqueiro, que o ato de planejar a pescaria faz-se sem que os pescadores sofram maiores pressões e/ou estejam subjugados a elementos externos, que determinem todas as etapas e os processos de pesca. A elaboração dos fins pensados para o exercício do trabalho na pesca artesanal está menos sufocada em sua construção criativa. (Ramalho, 2004, pág.05)

Para Diegues (1983), a arte da pesca apropriada como meio de produção seria um fator de resistência a proletarianização, e representaria uma escolha pelo trabalho autônomo assim para ele:

O pescador artesanal não é somente o viver da pesca, mas é sobretudo a apropriação real dos meios de produção; o controle do como pescar e do que pescar, em suma, o controle da arte de pesca.(p. 198).

Ser pescador artesanal e dono da arte de pescar e dos seus instrumentos de trabalho representa sim o trabalho autônomo, mas isso não necessariamente significa que seja uma escolha permanecer pescador artesanal, já que há uma angústia demonstrada por estes sujeitos pescadores, posta pela certeza apenas de ter o que comer, mas não de ter uma renda certa para suprir outras necessidades. Assim fica expressa na fala de um dos pescadores a consciência de ser a pesca, uma atividade que lhe dá mais autonomia e ao mesmo tempo lhe priva de outras possibilidades estando esta submetida ao sistema do capital:

Eu trabalhei quatro anos de cobrador, depois sai porque quis, a pesca era melhor, eu achei que lá ia ser melhor, mas não foi não, eu via o patrão todo ano mudar de carro e eu só mudava uma camisa quando tava rasgada e num dá certo. Aqui eu faço meu horário, sempre tá em casa. (Pescador, 48 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Diante das dificuldades há algumas situações que para Ramalho (2004) justificam a permanência na atividade pesqueira. O pescador- artesanal tem uma liberdade não colocada em outras atividades, já que ele pode pensar e planejar a execução de sua atividade, seu trabalho. O fato de o pescador ter então esse domínio representa autonomia no processo de trabalho, já que o mesmo não precisa se submeter a nenhum patrão e com isso pode exercer toda sua criatividade. Mesmo que não sendo uma autonomia total a sociedade de consumo já que esses pescadores em outro momento são obrigados a comercializar parte de seus produtos que passam então a fazer parte do sistema de mercadorias, mesmo assim, a atividade pesqueira artesanal representa uma atividade que se contrapõe em sua prática cotidiana a corresponder de forma integral os moldes do sistema do capital.

Entretanto é preciso compreender que a pesca por si só assim como outras atividades que permitem em parte essa autonomia não representam a possibilidade de superação do sistema do capital como nos coloca Ramalho (2009):

Não se está afirmando, com isso, que o modo de vida e o trabalho dos pescadores seja o próprio reino da emancipação humana e sua prova mais contundente, visto que isso seria um equívoco negado, fundamentalmente, pelo seu dia a dia dos profissionais da pesca, em decorrência da situação de classe subordinada a qual esses homens fazem parte no sistema capitalista. Todavia, é inegável que a relação indissolúvel entre liberdade, arte e trabalho faz-se e se refaz nos modos de existir dos pescadores artesanais, apontando para caminhos de insubordinação, de resistência e de negação ao valor supremo de uma vida pautada nos marcos totalitários do capital. (Pág. 80).

Da leitura de Cândido (1998) sobre os caipiras paulistas nas décadas respectivamente de 40 e 50 do século XX, e na leitura de Ramalho (2004, 2009) sobre os pescadores artesanais de Suape- PE como uma pesquisa mais contemporânea temos em comum, modos de vidas tradicionais, que tem como base a relação direta com a natureza mediada pelo trabalho que se dá numa coletividade necessária as atividades que exercem. Outra característica comum nessas pesquisas é a luta permanente dos caipiras e pescadores para permanecerem como tal, com uma autonomia relativa construída a partir da forma como se relacionam com a natureza e com seus pares, luta essa que nos leva juntamente como os autores dessas pesquisas a pensarmos permanência e resistência como característica intrínseca dessas e de outras comunidades como a que estudamos dos pescadores artesanais do Povoado Mosqueiro, que tem como base o modo de vida tradicional, já que permanecer enquanto tais significam estar em conflito com as relações e modo de vida que permeia o sistema sóciometabólico do capital.

3.2- A pesca- artesanal como resistência ao trabalho estranhando.

Como discutimos no capítulo II, podemos entender a pesca- artesanal como uma atividade que media a relação de homens e mulheres de forma direta com a natureza lhes proporcionando uma coletividade necessária ao próprio trabalho

exercido, além disso, o valor- de- uso se estabelece ante o valor- de- troca na comunidade pesqueira do Mosqueiro a qual estudamos. Mas é necessário ainda dar atenção a outro fator importante que nos ajuda a compreender a condição de permanência e resistência da comunidade pesqueira do Povoado Mosqueiro. É esta o domínio de todas as etapas do trabalho, a pesca, assim como a condição de não-estranhamento do produto do seu trabalho.

O capital para se reproduzir tem como condição básica a exploração contínua do trabalho através da apropriação de mais- valia produzida pelo trabalhador. A base dessa apropriação se estabelece a partir do processo de alienação ao qual a sociedade se submete de forma a naturalizar as mediações postas pelo sistema do capital. Esse processo de apropriação da riqueza produzida pelo trabalhador para Marx e Engels (2004), fica claro à medida que o homem que trabalha também se torna mercadoria na mesma medida que as produz, “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (pág.144).

Para Marx e Engels (2004), à medida que o trabalho apropriado pelo capital produz mercadoria e o próprio trabalhador como tal, isso representa condição de estranhamento do produto do trabalho a que esse trabalhador se submete. O que o trabalhador produz passar a ser então uma coisa, algo que não o pertence, destinado a outros fins que não a sua própria reprodução enquanto ser que tem necessidades básicas, e se destina sim a reprodução do próprio capital, a obtenção de lucro. Esse processo corresponde a alienação do trabalhador, o capital que se apropria do produto do trabalho, e o estranhamento que se estabelece entre o trabalhador e o produto do seu trabalho.

Esse estranhamento se dá de tal maneira que para Marx e Engels (2004), o que esse trabalhador produz passa a ser então algo externo e independente desse dele. A alienação se dá de forma tão completa que o trabalhador nem consegue perceber que a mercadoria que ele produz e é apropriada pelo capital não seria possível de existir sem seu trabalho. Segundo Mészáros (2006), para Marx o trabalho alienado e o estranhamento causado por esse, têm como mediação a forma dinheiro, já que o trabalhador recebe ao fim do seu trabalho somente uma parte do

valor que produz na forma de dinheiro, o que garante assim o não reconhecimento, o estranhamento do produto do seu trabalho.

A alienação se apresenta como garantia de que o trabalhador produzirá mercadoria, já que como tal o produto do trabalho tem que servir a fins de reprodução do capital. Dessa forma o trabalho necessita se apresentar na forma de alienação do trabalhador, o resultado do trabalho precisa ser a alienação já que o que se produz é apenas resultado de como se produz. Nessa condição é que Mészáros (2006), afirma que a teoria de Marx tem como base o homem em contraposição ao trabalhador alienado pela condição de assalariado, já que para Marx essa não é uma condição imutável.

Nessa relação de alienação do trabalhador com o produto do seu trabalho, é necessário retornamos a premissa básica de que o homem para exercer trabalho necessita da natureza, é nela onde o seu trabalho se materializa, só a partir da natureza é possível produzir trabalho. Assim o homem que vive da natureza, ao mesmo tempo em que a transforma e se transforma, tem a compreensão de natureza como si próprio já que necessita dela para sobreviver. O trabalhador alienado, no entanto perde essa conexão, essa relação direta com a natureza, à medida que as mediações são muitas para exercer seu trabalho, de forma que esse homem perde o sentimento de fazer parte dessa natureza.

Na pesca- artesanal o produto do trabalho não é estranho ao trabalhador, os pescadores e marisqueiras dominam todo o processo extrativista ao qual corresponde a atividade. É necessário primeiramente que se conheça o ambiente o mar, o rio, o mangue respeitando o tempo da natureza e o que ela tem para oferecer a cada dia. Depois os instrumentos utilizados na pescaria na maioria das vezes são construídos pelos próprios pescadores e marisqueiras, e quando não, é preciso que se tenha total domínio dos mesmos. Tendo então o conhecimento de onde pescar e como pescar e dos instrumentos de trabalho, o que é capturado por esses trabalhadores tem antes de tudo valor- de- uso, primeiro é retirado o necessário para alimentar a família e algumas vezes os companheiros, vizinhos que não tiveram a mesma “sorte” e só depois é que é comercializado o que sobra. Muitos preferem não comercializar quando o pescado é pouco, pois compreendem todo o trabalho e esforço empreendido na atividade, reconhecem o produto do seu trabalho como algo

que despendeu seus esforços e conhecimento, capturado e apreendido por eles como fruto da pesca, atividade que eles e elas dominam. Os depoimentos a seguir demonstram que os pescadores e marisqueiras têm consciência do esforço empregado na atividade pesqueira- artesanal, por isso vender é o último momento:

Quando eu vou pescar eu pego pra comer, nunca gostei de vender, agora não deixam mais eu ir pescar a noite. (Pescador, 79 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE. Fonte).

É um trabalho muito pesado, porque a pessoa sai de manhã e chega na boca da noite, vai cozinhar aquele marisco, tira do casco, pesa, vai no outro dia no mercado para vender, tudo é elas que fazem, se eu pudesse eu também ia. O aratu pega no mangue, cozinha, quebra dedinho por dedinho é muito trabalho pra vender o quilo lá em Aracaju. Às vezes dá pra vender e às vezes não dá, às vezes só dá pra comer e eu num vou vender vou comer, às vezes dá pra tirar uns dois quilos pra vender. (Marisqueira 47 anos, residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE.).

A pesca- artesanal possibilita a prática de resistência e autonomia vinculadas ao exercício do trabalho não estranhado que se dá numa relação direta com a natureza, onde valor- de- uso é posto como prioridade do modo de vida enquanto comunidade pesqueira- artesanal. Essa constatação verificada na comunidade pesqueira do Povoado Mosqueiro, não pode estar desvinculada da força globalizante que o capital exerce sobre toda a sociedade. É o que Mészáros (2007) nos coloca ao dimensionar a reprodução sóciometabólica do capital dentro do processo histórico, como um fardo e um desafio social, já que a condição básica para o capital se reproduzir é a exploração do trabalho.

A sociedade que carrega esse fardo seguindo os ditames de reprodução do capital tem todas as dimensões da vida, seu tempo explorado pelo capital, de forma que é o próprio homem a força possível de romper com a sociedade burguesa de consumo. Por isso o tempo do pescador- artesanal se converte em fator de resistência, já que esse segue o tempo da natureza e não do capital, em seu cotidiano consegue se contrapor ao relógio, e as horas de trabalho convenientes ao capital, nos dando uma perspectiva diferenciada de vida.

Mészáros (2007), ao falar do potencial dos indivíduos enquanto sociedade, afirma que essa está pautada no papel do trabalho como atividade que media a

relação homem/natureza, de forma que o homem se faz nesse sentido também natureza, parte dela. Diferente dos animais esse homem tem controle de sua consciência e pode estabelecer e planejar suas ações dando sentido a sua vida. Por isso, mesmo diante de um sistema de produção que universaliza as relações e impõe seu modo de vida, em algumas situações e atividades o homem em seu sentido social, tem a possibilidade de negar a sociedade do consumo.

É certo que essa negação e ações que vão de encontro ao modo de vida massificado pelo capital têm seus limites estabelecidos no próprio relacionar-se com a sociedade que está regida por outros ditames, já que o capital está em todas as partes. De qualquer forma, comunidades como a do Povoado Mosqueiro carregam consigo, mesmo que inconscientemente, a possibilidade de resistência e de contraponto a um modo de vida que tenta nos alienar e acreditar ser ela a forma natural e, portanto imutável da sociedade. Por isso Mészáros (2007) coloca a importância desses indivíduos:

Os indivíduos podem adotar como suas aspirações próprias, os valores que aponte na direção das potencialidades positivas da humanidade, e assim também se desenvolver-se a si mesmos positivamente, ou ao contrário podem fazer escolhas que ajam contra as potencialidades positivas da humanidade, nesse caso tornam-se portadores mais ou menos conscientes do contravalor ainda que suas ações sejam na verdade inteligíveis pelas determinações retrogradadas de classe.(Pág.37)

Mészáros (2007) ainda nos chama atenção, para a tentativa do capital de apresentar a individualidade, o egoísmo como condições naturais do homem, o que não se sustenta ao vermos comunidades que vivem da coletividade como princípio para exercer sua atividade, suas relações e modo de vida. Para o autor é preciso então negar esses valores que se colocam como imutáveis, é que paralisam a sociedade como se essa não tivesse alternativa. A ontologia que se faz presente no trabalho não está pautada na naturalização dos valores que o capital impõe como sociais, o homem social não se faz a partir da individualidade, muito pelo contrário, por isso a ontologia representa a transformação do homem em ser social e não individual. Se essas relações nascem no seio da sociedade, também podem ser alteradas por essa, e por isso.

Para Mészáros (2004), na leitura marxiana, em Marx a questão posta sobre o pensamento e a realidade é prática. É nela que o homem deve demonstrar a verdade objetiva, para provar então se um pensamento é desse mundo, é preciso usar a realidade concreta. Assim a experiência cotidiana da pesca artesanal mesmo com todas as dificuldades postas, representa a realidade, a prática e a resistência em um modo de vida que tem uma lógica diferenciada da massificada pelo capital, se há autonomia é uma reflexão mais profunda a ser feita, sendo que diante do poder do capital globalizante é difícil pensar autonomias, já que esse ao mesmo tempo em que permite a reprodução de modos de comunidades como a do Mosqueiro, também se apropria do que ela pode agregar a reprodução do próprio capital. Somente dentro de uma perspectiva de construção, aí sim, seria possível falar de autonomia em seu sentido pleno já que na prática se mostra possível viver numa perspectiva diferenciada mesmo que não conscientemente.

Apenas as determinações concretas do ser social, manifestadas nas circunstâncias históricas prevaletentes sob a forma de forças sociais antagonicamente opostas, podem apresentar a solução prática também para os dilemas aparentemente insolúveis e para os mistérios dos pontos de vista sociais mutuamente opostos, isto é, o “ponto de vista do capital”. (Mészáros 2004, p. 461)

A prática pesca artesanal mostra que há não só o pensamento, mas a prática oposta à racionalidade do capital, o valor de uso, a prática da solidariedade e de valores diferenciados como sendo sim desse mundo, mesmo que esse tipo de atividade sirva ao capital, são práticas diferenciadas postas como prova que um pensamento diferenciado é sim possível de ser construído como realidade concreta. A atividade de comunidades como a aqui refletida coloca em cheque as contradições do capital quando esse permitiu que modos de vida diferenciados estivessem postos. Mészáros (2004) nos ajuda a pensar autonomia:

... a “atividade autônoma dos produtores associados” está fadada a não ser mais que um ideal frustrado enquanto for negada do ponto de vista prático pelas restrições materiais das estruturas reprodutivas dominantes. Todavia, sem a intervenção vigorosa da ideologia emancipatória- capaz de demonstrar *ad hominem* tanto a

praticabilidade quanto a necessidade historicamente viva de tais ideais práticos-, não há esperança de superação dos antagonismos destrutivos dessas estruturas. (pág. 472)

O que Mészáros nos coloca é a necessidade eminente de uma prática política consciente para que todos os setores da sociedade possam compreender que o que está posto é a luta de classes, onde somente a transformação do sistema do capital em suas bases é que poderá construir uma autonomia verdadeira e uma sociedade utópica no que diz respeito a não mercadorização da vida, do homem das relações. Quando falamos do Mosqueiro, temos uma condição de permanência e resistência que está posta a partir da prática da atividade pesqueira artesanal e todas as relações que essa constrói com base não nos valores da sociedade capitalista, além da condição de não- alienação do produto do trabalho.

A partir disso seria compreensível que a comunidade pesqueira assim como em tantas outras, tivesse uma organização coletiva que pudesse unir forças para reivindicar condições materiais que ajudassem na atividade pesqueira e melhorassem a vida da comunidade. E como conseqüências do dia a dia da prática política teriam uma leitura de mundo que os levassem a reivindicar com mais força o que acreditam ser a garantia de poder continuar sendo pescadores e pescadoras artesanais. Mas não é isso que acontecesse no Povoado, apesar de existir tanto uma Colônia quanto uma Associação de pescadores.

A Colônia que tem sua sede no centro de Aracaju representa outras comunidades pesqueiras além do Mosqueiro, porém funciona apenas como uma ligação entre as comunidades e o IBAMA quando necessário e tem a função de emitir o documento que garante que o pescador é colonizado e, portanto com direito de exercer a atividade pesqueira e a coleta de mariscos, do quais se não o tivessem e fosse pegos em alguma fiscalização teriam que devolver os pescados e teriam os instrumentos de trabalho apreendidos. Além disso, pagar a Colônia garante que os pescadores tenham direito ao defeso¹³ e a aposentadoria. Nos depoimentos dos pescadores é possível identificar que a relação com a colônia se dá somente na

¹³ É o período do ano que se suspende e regula a atividade pesqueira por motivos de reprodução e preservação das espécies marinhas. O governo garante um benefício aos pescadores e marisqueiras regularizados que recebem uma ajuda de custo durante o período que durar o defeso.

necessidade de estar legalizado enquanto pescador para que se possa ter acesso aos direitos:

Quando eu tiro assim dinheiro do caranguejo ai eu pago (colônia) logo uns cinco, seis meses assim pra num ficar devendo a colônia né. (Marisqueira, 65 anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A Colônia apesar de reunir os pescadores e marisqueiras do Povoado, já que os mesmos são colonizados pelos motivos já expostos, não faz o papel de mobilizar ou de discutir com os colonizados qualquer ação ou política que venha a trazer melhorias para a comunidade, esse seria o papel da Associação de Pescadores também existente no Povoado, mas infelizmente sem força de mobilização. Apesar da consciência que coletivamente se tem mais força para cobrar e adquirir benefícios dos órgãos públicos ou mesmo empresas como a Petrobrás que segundo os pescadores sempre tenta implementar projetos no Povoado, isso acaba não acontecendo, a fala de um ex-presidente da associação :

A associação começou porque na época houve uma reunião e achou-se necessário que houvesse uma associação para os pescadores terem mais apoio e uma ajuda melhor, sendo beneficiados por essa associação que facilita a obtenção de recursos ou de qualquer apoio perante os órgãos públicos ou particulares e que sem essa associação torna-se mais complicado, então de início o objetivo foi esse.

Segundo o ex- presidente da Associação, a pouca instrução dos pescadores levou muitos a acreditarem que os benefícios viriam de imediato o que não aconteceu e fez com que a associação ficasse desacreditada perante a comunidade. Segundo ele o objetivo de criar a cooperativa para comercializar os pescados e adquirir matérias como rede e barcos que proporcionassem melhores condições a atividade pesqueira, mas desde 1998, os pescadores começaram a se afastar e desde então a associação não teve mais força de mobilização, segundo o próprio, “a associação ficou com ação só de eventos, festas dos pescadores”.

Segundo o mesmo a descrença só aumentou com o Banco do Nordeste e a Petrobrás, que fizeram cursos de capacitação, palestras, espaços onde foi socializada as necessidades da comunidade, e mesmo assim nada foi feito, nenhum tipo de crédito ou materiais necessários a atividade foi obtido, o que aumentou ainda mais a descrença da comunidade. Para ele a situação só mudará quando o governo através dos órgãos responsáveis fizerem algo de concreto na comunidade.

Para o atual presidente da associação, a associação se arrasta, justamente por conta dessa falta de motivação dos pescadores, manter a associação exige custos que segundo ele, nenhum pescador está disposto a pagar por mínimo que seja sem acreditar na possibilidade de alguma mudança e assim a única atividade que reúne os pescadores é uma corrida promovida no final do ano, com prêmios simbólicos. Para o mesmo o governo tem culpa por não priorizar a comunidade pesqueira como fica claro em seu depoimento:

O pescador sempre foi esquecido, a classe pobre né? Eles só falam mais é no turismo, todo governo é só turismo, todos quando vão falar é de moradia, saúde educação, segurança e turismo, todo o discurso deles é só isso, porque o turismo? Porque entra pra eles né, quando eles tão fazendo um negócio desse aqui, ai dizem o governo fez isso aqui para a gente, não! Eles fizeram pra eles para entrar impostos, para aumentar o ganho deles, porque eu pagava aqui vamos dizer 200 reais por ano vou passar a pagar 400, o progresso traz isso né, traz a bondade e traz os custos também. (Pescador, 48 anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

Para o atual presidente da associação, a necessidade urgente seria de uma cooperativa que unisse os pescadores para comercializar os pescados já que a grande maioria hoje entrega os pescados ao atravessador, com a cooperativa eles mesmos poderiam gerir a comercialização dos pescados. Mas para isso seria necessário que os pescadores se unissem e fortalecesse a associação de pescadores, preocupação essa que pode ser vista em vários depoimentos:

O Mosqueiro tem o nome associação de pescadores, mas não funciona, não tem uma sede, a administração como pessoa é maravilhoso, como presidente deixa a desejar porque também não tem uma sede, o Mosqueiro continua abandonado pelos órgãos públicos, a gente só é visitado na época de votos. As mulheres hoje a metade tá marisqueira e a outra tá faxinando nas casas de família,

e a maioria paga a colônia, até porque pagar o INSS e a colônia o benefício é o mesmo. (Pescador, 76 anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A colônia tenta, mas os pescadores não vão. Aqui é cada qual para si. Nunca participei da associação, só da colônia. (Pescador, 63 anos residente no Povoado Mosqueiro- Aracaju/SE).

Aqui primeiramente pra ajudar os pescadores falta uma cooperativa, porque ai você já tinha a quem entregar o peixe, hoje você entrega o peixe vai receber com uma semana, quinze dias, hoje eu entrego meu peixe a meu sobrinho que pega o carro e arranja as pessoas pra vender. (Pescador, 63 anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

A situação dos pescadores é porque a maioria deles é desunido, tinha que ter (funcionar) uma associação mais ninguém se une. Porque tem muitos lugares por ai que tem associação, se você precisar comprar um barco novo uma rede nova a associação ajuda, ai aqui fica assim sem ninguém ter nada. (Pescador, 41 anos residente no Povoado Mosqueiro- Aracaju/SE).

Tem a associação do Mosqueiro, mas não vê ninguém fazer nada. O que falta aqui é atenção, é compreensão, porque o Mosqueiro tem de uns 500 pescador ou mais, se tiver uma reunião hoje se for 5, 6 pessoas é muito. Aqui antigamente ali na banca o cara chegava com, 400, 500, 600 mil kg de peixe, hoje em dia o pescador pesa o peixe lá na casa dele, entrega o peixe ao cambista. Se fosse como antigamente tudo mudava, o pescador aqui são umas pessoas meias desunidas. (Pescador, 59 anos residente no Povoado Mosqueiro-Aracaju/SE).

O que podemos ver na fala desses pescadores é que há interesses comuns e uma compreensão do que se é necessário para melhorar a situação da pesca no Mosqueiro, de forma que se possa viver só de pesca. Nesse sentido a Cooperativa é apontada como solução mais viável para resolver o problema da comercialização dos pescados. Tendo a estrutura de armazenamento dos pescados, e um contato direto com o consumidor, não se teria mais a necessidade do atravessador o que possibilitaria aos pescadores e marisqueiras uma renda maior. Pensar na cooperativa como uma solução para quem exerce a atividade pesqueira representa a consciência coletiva da comunidade. Consciência essa que se constrói na prática da pesca- artesanal e é justamente a condição que dá força e possibilita que os pescadores e marisqueiras do Povoado continuem vivendo da pesca.

Apesar da coletividade posta e de existir Colônia e Associação de Pescadores, não se tem um movimento desses pescadores no sentido de mobilizar forças para que esses objetivos sejam cobrados conjuntamente através de políticas públicas concretas para a melhoria da atividade pesqueira. Observamos que isso se deve a descrença dos pescadores, que durante anos apenas foram alvos de promessas de órgãos públicos e privados e não vivenciaram nenhuma ação que melhorasse a condição de vida e de trabalho da comunidade. O que conseguimos perceber foi que apesar da situação de não mobilização dos pescadores e marisqueiras do Mosqueiro, quando essa poderia ser a representação da resistência em forma de consciência política organizada, há resistência no próprio modo de vida dessa comunidade.

No caso de comunidades artesanais não organizadas como é o caso, e sem uma leitura emancipatória de sociedade, o que as mantém dentro de uma praticabilidade diferenciada da lógica do sistema dominante? A própria necessidade de vida, de se manter, de subsistir, de continuar onde sempre esteve, em contato com o mangue com o rio, isso caracteriza a resistência, não a autonomia. Nesse sentido a não autonomia da comunidade frente à lógica do capital, mesmo que as próprias contradições do sistema do capital permitam a coexistência de modos de vida que ainda tenham o valor de uso permeando as suas relações. Até porque as relações que permeiam o direcionamento da mercadoria (peixe e mariscos) e as outras necessidades que são sanadas em relações que envolvem venda/compra/consumo/dinheiro são totalmente subordinadas à lógica dominante. Assumindo nesse sentido a leitura de Mészáros, o modo de vida de comunidades como a do Mosqueiro, deve ser encarada como resistência no sentido de nos mostrar que existe uma racionalidade diferente da imposta pelo capital, que há na prática outras possibilidades, mas não necessariamente essas comunidades e outros movimentos mais politicamente organizados, representam o foco de uma transformação metabólica por si sós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Optar pelo mundo da pesca como universo de pesquisa no primeiro momento não nos foi difícil já que se trata da compreensão de uma relação que se estabelece a partir do homem com a natureza, o que para nós somaria às leituras sobre o trabalho já que a pretensão analítica é caminhar junto a uma geografia do trabalho. E aos olhos de qualquer um não pareceria tarefa difícil estar junto à natureza e a uma comunidade pesqueira tão comumente interpretada como “algo” rústico, como resquícios de uma vida simples, coletiva e próxima da natureza, um exemplo a ser seguido em tempos de consumismo e individualismo. Em nenhum momento tivemos uma visão romantizada, do mundo da pesca, queríamos entender como diante de tantas dificuldades aparentes ainda aos nossos olhos, a comunidade pesqueira do Mosqueiro se mantinha na atividade.

Antes de adentrar a comunidade pesqueira do Mosqueiro em sua singularidade, se fez necessário traçar alguns objetivos do que queríamos para esse estudo. No caminho de pesquisa a própria dinâmica social foi redefinindo nossos objetivos, e entender como se dava a permanência e resistência daquela comunidade tornou-se algo maior em nossos interesses.

O estudo da comunidade pesqueira do Povoado Mosqueiro nos possibilitou refletir, mesmo em sua singularidade, um processo que se dá no litoral do Nordeste de maneira muito forte, que é a apropriação pelo capital de espaços historicamente construídos a partir da atividade pesqueira artesanal. Espaços esses que passam a ser redefinidos pela valorização do solo através da especulação imobiliária em concomitância com o incentivo ao turismo através de uma estrutura construída pelo Estado, como forma de levar o “desenvolvimento” a áreas ainda não totalmente urbanizadas e com potencial para atividades que gerem renda.

É certo que o Povoado Mosqueiro em algumas (poucas) décadas passou por mudanças significativas, alterações espaciais que o levaram a deixar de ser uma área comumente conhecida como de comunidades que vivem da pesca, para se tornar zona de expansão da cidade de Aracaju, de casas de veraneio a residências

fixas e condomínios de casa. O Mosqueiro dentro da leitura do urbano que estabelecemos no primeiro capítulo, seria então uma descontinuidade dentro da lógica do capital. Representando as diferentes práticas e funções da cidade, de forma que se estabelece um conflito que nos leva a leitura do que persiste e resiste dentro de uma homogeneidade imposta nas relações sociais dentro do modo de produção capitalista.

Para nós nessa pesquisa, a comunidade pesqueira em seus sujeitos protagonistas, pescadores e marisqueiras do Povoado Mosqueiro, são a representação do que permanece e resiste quando no ato de pescar como trabalho que media sua relação com a natureza, se estabelece um modo de vida que tem valores que vão de encontro à sociedade do consumo e da individualidade. O que está posto é a coletividade necessária a atividade pesqueira, e o valor- de- uso que se dá ao produto do trabalho. Não que a comunidade pesqueira do Mosqueiro não considere o valor- de- troca ou não tenha necessidades e valores que são base da sociedade do capital, os têm, pois em sua singularidade o Povoado não deixa de fazer parte da totalidade das relações sociais e de suas mediações. Mas exercer uma atividade que lhes garante outro modo de vida representa sim permanecer e resistir.

Tendo a clareza da permanência e da resistência posta na comunidade pesqueira do Povoado Mosqueiro, frente a processos que fazem parte do circuito de expansão do capital, algumas proposições se põem como questionamentos que não podem ser respondidas apenas no exercício de uma pesquisa, mas na constante vivência da comunidade e do próprio movimento da realidade. Entre elas, qual a perspectiva de permanência em longo prazo dessa comunidade, frente a todo processo de territorialização do capital através do aumento do valor do solo de forma a expulsar a população pobre das áreas mais privilegiadas, no caso da comunidade pesqueira das áreas onde historicamente se estabelece uma relação mais próxima com a natureza, lugar de vida e trabalho. E principalmente qual a garantia de permanência sem a garantia da continuidade dos mais jovens na atividade?

Quem vive da pesca hoje no Povoado Mosqueiro, mesmo diante dos perigos e das incertezas posta numa atividade que é de caça e coleta, não se vê fora da atividade, porque foram criados e criaram suas famílias nessa relação direta com a natureza, onde o tempo da maré, da lua, da natureza é quem dita o tempo de trabalho, onde sentir fome significa ir ao rio passar a rede, e onde a identidade de quem se é está construída na atividade pesqueira e na comunidade que vive da pesca. Porém, essas mesmas pessoas diante de um cenário que se apresenta cada vez mais difíceis não pensam em incentivar seus filhos a viver da pesca. Como diz um pescador (69 anos) preocupado: “Eu quero que meus filhos estudem e peguem emprego, viver da pesca agora não vive mais”. Por isso que no caminho de pesquisa, ao perguntarmos as pessoas da comunidade com quem poderíamos conversar em nenhum momento nos era indicado jovens já que a maioria dos pescadores e marisqueiras que vivem da pesca como atividade principal no Povoado, estão acima de 30 anos.

Algumas questões com certeza não conseguimos esgotar nessa pesquisa que apresentamos como uma reflexão sobre a realidade que conseguimos captar na comunidade pesqueira do Mosqueiro, a tentativa aqui é de se fazer uma geografia que apreenda o movimento de comunidades como a do Mosqueiro, quem em contramão ao movimento do capital, resiste e persiste construindo e dando a identidade da pesca- artesanal ao Povoado Mosqueiro. E como a pesquisa não pode ser um instrumento sem retorno a comunidade que nos abre as portas e nos deixa aprender com sua experiência de vida e trabalho, aqui fica o pedido, o desejo e sabedoria de um pescador:

Eu quero que vocês se somem a gente, procure os órgãos competentes que cuidam da área de preservação e cobrem dele mais um pouquinho, se vai encaminhar ao ministério da agricultura, a Lula não importa. Encaminhe um documento, a gente não pode falar só das coisas boas, tem que falar das coisas ruins também, porque o Mosqueiro essa área esse berço ecológico da gente está praticamente todo poluído. Peça às pessoas que se conscientizem que ao vir ao Mosqueiro usufruir, preserve e respeite uma área que eles vieram ontem usufruir que tem suas raízes, que o Mosqueiro é lindo, é maravilhoso! (Pescador, 76 anos residente no Povoado Mosqueiro- Aracaju/SE).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, C, S; Araújo, R, J, V; Barbosa, A; Lins, E; Melo, A, A, S & Madureira, I, V, **Ocorrência de Práticas de Pesca Sustentável na Comunidade Pesqueira de Ponta de Pedras, Goiana, Pernambuco, Brasil.** (2002) <http://www.prac.ufpb.br/anais>.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Bontempo Editorial, 2007.

BOSI, Éclea. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Cândido, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Duas cidades, 1998.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: Natureza, Território, Movimento Social.** Programa de Pós-Graduação em Geografia física/USP, 2001. Tese (Doutorado).

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Geografia e Pesca: Aportes para um Modelo de Gestão.** São Paulo: Revista do Departamento de Geografia da USP. 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

Conceição, Alexandrina Luz. **A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável.** Texto de Conferência no III Encontro Nacional do Meio Ambiente. Salvador/BA- 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1989

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 4ª Ed.

DÍEGUES, Antônio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983

DÍEGUES, Antônio Carlos (Org.). **A Imagem das Águas**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2000.

_____. **Povos e Águas**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas/USP, 2002.

ENGELS, F. “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem”. Em: Antunes, R (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LUKÁCS, Gyorgy. **O Trabalho. Em: Perl’ Ontologia Dell’ Essere Sociale**. Roma: Riuniti Tradução: Tonet, Ivo.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e Mares: Espaço e Indivisão na Pesca marítima**. São Paulo: ANNABLUME, 1993. 2º Edição.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbarch, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução: Rubens Enderle, Nélío Schneider, Luciano Cavini Martorano. 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

----- **A dialética do trabalho**. Escritos de Marx e Engels. Org. Ricardo Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MELO e SOUZA, Rosimeri. **Das Redes de Pesca às Tramas da Sustentabilidade em Comunidades Haliêuticas**. In: **GEONORDESTE**, São Cristóvão, Ed. Especial ano XIX, nº 1, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

----- **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

----- **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MOURA, Marcléia Elias. **O Rural na Cotidianidade do Urbano e as Contradições do Capital**. São Cristóvão: Núcleo de Pós-Graduação em Geografia/UFS, 2007. Dissertação (Mestrado).

Presidência da República- Casa Civil- Subchefia para Assuntos Jurídicos.s.d/a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acessado em: 15/03/2011.

RAMALHO, Cristiano W. Noberto. **Artesãos do Mar da Praia de Suape, PE. In: A Pesca em Áreas Rurais, Sustentabilidade Sócio Política e Ambiental**. VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. www.alasru.org

RAMALHO, Cristiano W. Noberto. **Embarcações do Encantamento: Trabalho como Arte, Estética e Liberdade na Pesca Artesanal de Suape, PE**. Instituto de Filosofias e Ciências Humanas/UNICAMP, 2007. Tese (Doutorado).

SILVA. Anelino Francisco da. **Significado e identidade cultural da pesca em Portugal e no Brasil**. Natal: Imagem Gráfica, 2008.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VANUCCI, Marta. **Os manguezais e nós**. São Paulo: EDUSP, 2003.

VILAR, José Wellington Carvalho. **Zona de Expansão de Aracaju: Contribuição ao estudo da urbanização litorânea de Sergipe**. In: VILAR, José Wellington Carvalho e ARAÚJO, Hélio Mário. Território, Meio Ambiente e Turismo no Litoral Sergipano. São Cristóvão/Sergipe: Ed. UFS, 2010. 3, p.62-p 70.

Anexos

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.

ICONOGRAFIA DE PESQUISA



Fonte: Povoado Mosqueiro/SE, 2010-2011.

Foto: Shauane Itainhara Freire Nunes.